ACOMPANHAMENTOS DAS ECUÁRIAS DE CORTE E DE LEITE

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 10 NÚMERO 7 JULHO DE 1986

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

CENTRAL
25.VII.86
RIO DE JANEIRO

BRASIL CORREIO
2,00 20 =

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

PERIÓDICOS

IMPRESSO

(10 EXEMPLARES)
FGV-EAESP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro (Chefe do CEA/IBRE/FGV)

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer (preços no nível do produtor), Bruno Marcus Rangel Pessanha (supervisão de pesquisa e pecuária), Fernando Roberto de Freitas Almeida (editoração, arroz, feijão e uva), Fernando da Silva Santiago (café e amendoim), Francisco Antônio da Fonseca Menezes (cana-de-açúcar e álcool), Iracema Bouzas Pessoa (algodão, batata e laranja), Irene Raguenet Troccoli (milho, aves e suínos), Leila Tendrih de Freitas Almeida (oleaginosas e trigo), Maria José Cyhlar Monteiro (política agrícola e cacau), Martha Macedo de Lima Barata (cevada, centeio e sorgo).

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin (preços de terras, salários e serviços), Luiz Antonio de Andrade (Panorama Agropecuário), Lúcio Junqueira Campos (preços recebidos), Mário Sachs Rabello (índices e relações de trocas) e Oraide Terezinha Novaes (preços de insumos).

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego (bibliotecária) e Maria Célia Ávila Bezerra.

Auxiliar de editoração: Luizete Adelaide da Pena de Sousa.

Serviços de secretaria: Márcia Regina Gontijo de Souza (secretária), Lúcia Maria Santos de Paula, Rosa Cristina da Silva Leite e Vilma Tavares de Lima Oliveira.

Composição: Neli Martins Mascarenhas e Iolanda Aparecida da Silva.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (Tels.: PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do Agroanalysis, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Fone: 233-6040
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na comunicação da mudança de endereço, remetam a etiqueta do último Agroanalysis recebido.

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de Empresas de São Paulo
PERIÓDICOS

NOTA DA EDIÇÃO

Aproxima-se o período de definição dos instrumentos de política agrícola para a safra 1986/87. Assunto de todos os anos, apresenta tal inconstância que transforma o país, verdadeiramente, em um **laboratório** *para o atento estudo dos processos de intervenção no* **Setor Agrícola.**

Desta feita, ter-se-ão como pano de fundo o **Plano de Estabilização Econômica** *e suas seqüelas, a problemática entressafra atual, as* **démarches** *do* **Plano Nacional de Reforma Agrária** *e os acontecimentos inerentes a um ano de grandes decisões políticas. Emoldurando a cena, todas as características de uma economia pobre, que partilha com outras nações as agruras do subdesenvolvimento. Assim, a desídia com que se tratou, por longo tempo, a produção de alimentos vem acarretando problemas de difícil – e onerosa – solução. Assiste-se ao triste espetáculo da escamoteação de gêneros alimentícios e às permanentes e nunca concretizadas ameaças de punição, em um contexto em que a população procura acreditar na reforma da economia.*

A tentativa de equacionamento e posterior resposta aos desafios da **questão agrícola** *por vezes envereda por caminhos tortuosos, na ausência de uma consistente programação de longo prazo. Exemplo recente é o crédito aberto pelo* **Banco Mundial** *para o Brasil, para* **investimentos na agricultura,** *que, segundo as informações disponíveis, está condicionado à prova de efetuação de importações de produtos de origem agrícola. Primeiramente combatido no* **Senado** *norte-americano, e gerando controvérsias, acabou merecendo aplausos naquela* **Casa,** *após terem sido apaziguadas disposições contrárias de influentes* **lobbies** *de associações de agricultores. Segundo se anunciou, pretende-se promover uma* **liberalização** *da comercialização agrícola brasileira, buscar maior aproximação do mercado interno com o mercado internacional, incentivando a participação da iniciativa privada, e aprimorar o sistema de informações referentes ao meio rural.*

Sendo desconhecidos os termos do empréstimo, é de se lamentar a ausência de discussão, no país, de matéria de tamanha relevância. Cabe atentar que acordos encaminhados paralelamente deixaram de ser referidos, no noticiário especializado. Por exemplo, diante da quase certeza de uma excepcional safra de trigo, tinham-se entabulado negociações para que os contratos de fornecimento de longo prazo com os **EUA** *fossem transformados em contratos para a venda de milho.*

Embora se anuncie que os acertos com o **Banco Mundial** *já vinham de longa data, a escassa discussão a respeito, a ampla possibilidade de obtenção de linhas de crédito favoráveis à compra de alimentos e o vulto das mudanças prometidas transmitem certa impressão de açodamento, em terreno bastante sensível.*

SUMÁRIO

OBS.: Deixa-se de apresentar, pela terceira vez consecutiva, a seção **Preços Recebidos pelos Agricultores e Relação de Trocas,** em virtude de momentâneas dificuldades operacionais no processamento eletrônico de dados.

HOMENAGEM A EUGÊNIO GUDIN 2

ACOMPANHAMENTOS
- Pecuária de Corte 4
- Pecuária de Leite 8

PRODUTOS VEGETAIS
- Cebola 11

ENSAIOS ESPECIAIS
- Limão 14
- Vinho 17

PREÇOS DE TERRAS, SALÁRIOS E SERVIÇOS NO MEIO RURAL . . 19

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 23

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

Em nome da equipe do Centro de Estudos Agrícolas, e no meu próprio, aplaudimos as homenagens que se prestam ao Professor Eugênio Gudin, em seu centésimo aniversário natalício.

Nesta oportunidade, eminentes homens públicos e a totalidade dos grandes órgãos de divulgação dele se ocupam, distinguindo seus aspectos biográficos mais marcantes e os principais acontecimentos do Brasil e do mundo durante o seu século de vida. Dispensamo-nos, por isso, de aqui repetir tais registros.

Somos da primeira turma de economistas de grau universitário, formados sob a lei, que continua em vigor, de inspiração do Professor Eugênio Gudin e a partir da qual o ensino tomou rumo. Antes, as quase trinta precárias escolas existentes no país se ocupavam, na melhor das hipóteses, em acrescentar algum conhecimento aos contadores que as procuravam. Foi o Professor Gudin quem, com seu largo prestígio, conseguiu incorporar a agora consagrada Faculdade de Economia e Administração como uma das unidades da então Universidade do Brasil, para ela atraindo um corpo docente capaz e cujo ensino passou a ser modelar. Deve-se ao Professor, igualmente, a criação do nosso Instituto Brasileiro de Economia, na Fundação Getúlio Vargas, aí reunindo profissionais de alto nível, como visitantes ou formando seu corpo permanente, bem como o desencadeamento de uma série de trabalhos pioneiros, plantando sementes que continuam a frutificar.

É bom que se destaque, também, que, diferentemente de hoje, quando se pode formar, com a maior facilidade, uma biblioteca completa de economia, em português, naqueles idos do final dos anos 40 somente se conseguia uma ou outra obra especializada e quase exclusivamente em idioma estrangeiro. Mas já se podiam ler os ***Princípios de Economia Monetária***, do Professor Gudin, que superam muito texto editado até os dias presentes e que nenhum economista, cremos, desconhece.

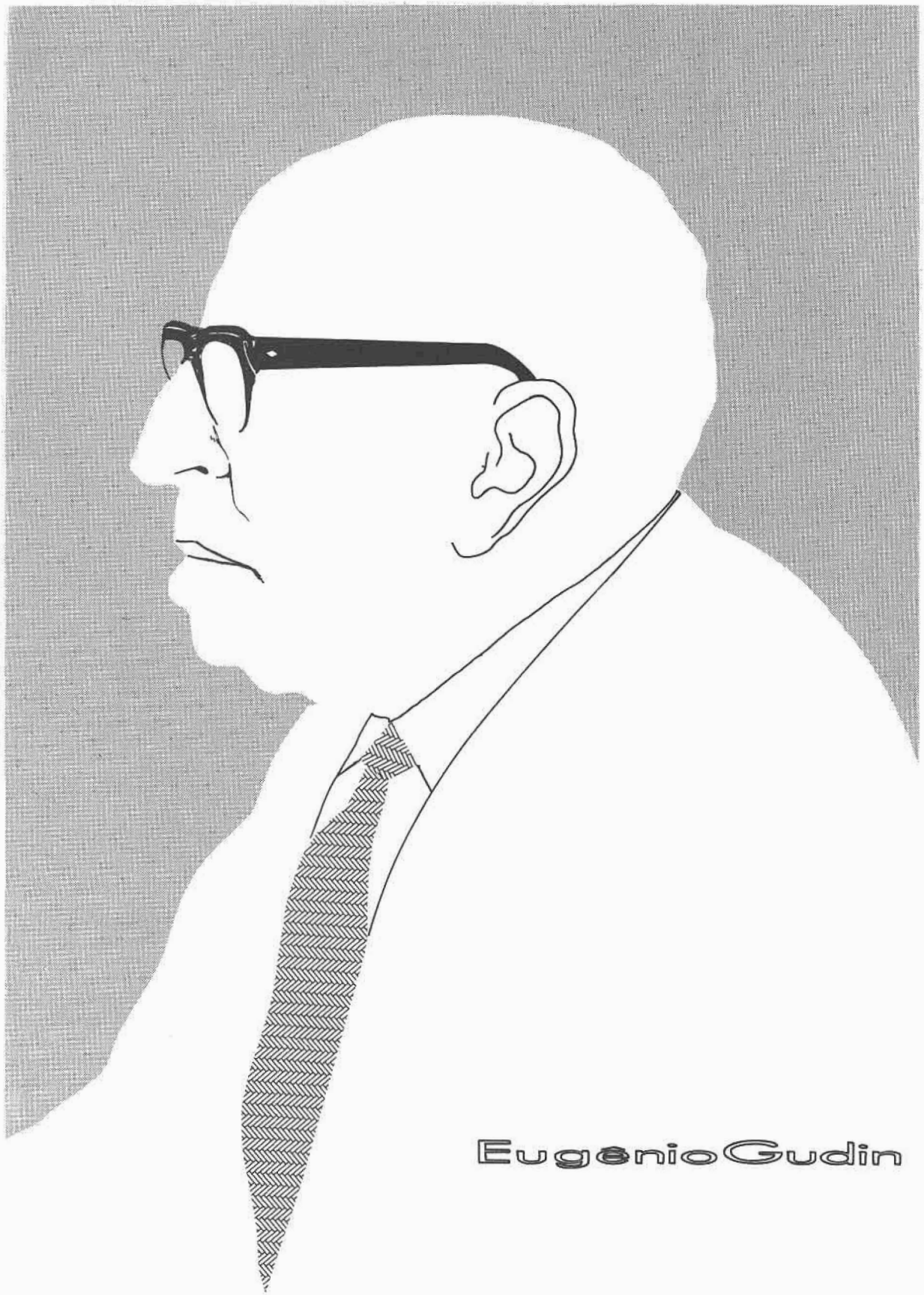
Damos testemunho, ainda, porque estivemos à frente da campanha em favor da regulamentação da profissão de economista, da imprescindível solidariedade então recebida do Professor Gudin para aquela regulamentação, que acirrou o ânimo de numerosos adversários e algumas entidades, mas que contou, concomitantemente, é bom recordar, com o entusiasmo e o apoio praticamente da totalidade dos universitários brasileiros da época e de inúmeras associações de classe. Em um país onde todas as principais profissões são regulamentadas, teria sido muito difícil fazer sobreviver livremente apenas a de economista, mas seu reconhecimento custou cerca de cinco anos de ampla e contínua discussão e atravessou mais de uma legislatura. Foi o projeto mais polêmico, no gênero.

Nos seus 100 anos bem vividos, o Professor Eugênio Gudin se viu diante dos mais espetaculares acontecimentos, com as profundas transformações do mundo. Viu o nascimento, o crescimento e a morte de nações, povos e dos sistemas mais diversos. Guerra e paz. E esta ânsia permanente das pessoas em busca de dias melhores. Vem recebendo suas lições, vivendo. Homem de cultura . Sabemos que empresta o devido valor às coisas boas da vida. Festejado ***gourmet*** e enólogo. Esteta, floricultor, ama a natureza e a música. Ledor emérito.

Muitos outros aspectos podem ser ressaltados da vida, obra e personalidade do ilustre aniversariante. Destaquemos apenas, o que é raro nos dias presentes, suas teimosas coerência e clareza de posições — ninguém desconhece o que pensa o Professor, de que lado está — bem como sua dignidade para apanhar chapéu e bengala, renunciando às honras de cargo, como no caso do Ministério da Fazenda, para não violentar sua consciência. ***Rara avis.***

Parabéns para Você, Mestre!

Sylvio Wanick Ribeiro
Chefe do Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV.


EugênioGudin

PECUÁRIA DE CORTE

O **Plano de Estabilização Econômica** *exacerbou a demanda, há anos reprimida. Desde 1977 a oferta de carne vem caindo continuamente. As importações acertadas para o equilíbrio do abastecimento serão feitas em momento propício, dadas as baixas cotações no exterior.*

A crise que se verifica no abastecimento de carne, habitual na estação fria, em tudo se assemelha à dos anos anteriores, excetuando-se os aspectos devidos às novas variáveis introduzidas no mercado pelo **Plano de Estabilização Econômica.**

A estocagem, sendo o único recurso adequado para evitar altas sazonais dos preços, mais uma vez não foi implementada corretamente. O atraso na formação das reservas, a hesitação entre comprar no país e importar, repetindo ponto por ponto o ocorrido em 1985, configuraram o mesmo quadro de incapacidade operacional, por parte do governo, de evitar conturbações no varejo, que comprometam a regularidade do abastecimento ou o congelamento de preços. Isto ocorre, apesar da proposta do **Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC)**, encaminhada em outubro passado, ao **Ministério da Agricultura.** Na época, o **CNPC** recomendava uma estocagem de 110 mil t de carne bovina, que seriam suficientes para complementar o suprimento de dezesseis capitais estaduais, nos meses de junho a setembro. Ressaltava, também, a necessidade de se fazer a estocagem, com antecedência, no período de dezembro a maio.

O Plano de Estabilização Econômica, no entanto, trouxe mudanças ponderáveis no âmbito do consumo, sendo a principal delas o aumento da demanda, acentuando, aliás, a tendência já evidenciada, no ano passado, com a retomada do desenvolvimento econômico, que resultou em ganhos reais de salário e, a partir de janeiro, com a redução dos descontos do **Imposto de Renda** na fonte.

Ao fazer saltar de 25 kg, em fevereiro, para 34,3 kg, em março, o poder de compra do salário mínimo em relação à carne bovina, o **Plano de Estabilização** acrescentou um elemento complicador ao mercado que, desde 1977, caracteriza-se por um declínio constante da oferta (ver Cuadros 01 e 02). Com efeito, ao extinguir a correção monetária, eliminou a ilusão de ganhos financeiros das cadernetas de poupança, desencadeando um aumento de liqüidez da classe média, que liberou seu consumo, grandemente reprimido na presente década.

Apesar das manifestações favoráveis dos pecuaristas quanto ao **Plano**, no seu lançamento, previa-se que o congelamento dos preços da carne bovina suscitaria problemas, tendo em vista que a sua alta nos meses frios tornou-se tradição. Além disso, era conhecido o papel desempenhado pela pecuária na Argentina, como fator de desestabilização do **Plano Austral.**

Assim, às medidas de congelamento do preço no varejo, seguiram-se as pro-

QUADRO 01 – SÃO PAULO – QUANTIDADE DE CARNE ADQUIRIDA NO VAREJO PELO SALÁRIO MÍNIMO MÉDIO MENSAL[1] – 1977 A 1986
(em kg)

ANO	CARNE BOVINA
1977	47,0
1978	37,0
1979	28,7
1980	29,5
1981	36,0
1982	38,7
1983	28,8
1984	25,9
1985	31,8
1986[2]	33,0
fev	25,0
mar	34,3

FONTE – IEA e FGV.
[1] inclui o 13º salário;
[2] estimativa.

QUADRO 02 – BRASIL – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE CARNE BOVINA – 1977-85

ANO	PRODUÇÃO (1.000 t)[1]	IMPORTAÇÃO (1.000 t)[1]	EXPORTAÇÃO (1.000 t)[1]	CONSUMO APARENTE TOTAL (1.000 t)[1]	CONSUMO APARENTE PER CAPITA (kg/hab/ano)
1977	2.446	39	217	2.268	20,6
1978	2.320	146	148	2.318	20,5
1979	2.114	144	118	2.140	18,5
1980	2.084	97	189	1.991	17,2
1981	2.115	91	315	1.886	15,4
1982	2.385	22	398	2.009	16,0
1983	2.360	30	500	1.890	14,7
1984	2.096	47	526	1.617	12,2
1985	2.136	41	537	1.640	12,1

FONTE – IBGE, Cacex e FGV.
[1] Em equivalente-carcaça.

QUADRO 03 – PREÇOS RECEBIDOS PELA VENDA DE ANIMAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO E CARNE BOVINA NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO – PERÍODO JANEIRO A MAIO DE 1986

MÊS	PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO						PREÇO NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO	
	Bezerro (Cz$/cabeça)	Índice Fev = 100	Boi Magro (Cz$/cabeça)	Índice Fev = 100	Boi Gordo (Cz$/arroba)	Índice Fev = 100	Carne Bovina (Cz$/kg)	Índice Fev = 100
Jan	877,39	80	1.987,94	95	211,89	99	24,90	96
Fev	953,74	100	2.089,89	100	214,15	100	26,01	100
Mar	1.028,37	108	2.168,91	104	213,13	100	25,36	97
Abr	1.221,10	128	2.390,30	114	214,10	100	25,07	96
Mai	1.430,40	150	2.695,30	129	219,02	102		

FONTE – IEA-SP.

vidências tomadas no âmbito da produção, abate e distribuição, visando ao seu êxito. Firmou-se, então, em meados de março, um **acordo de cavalheiros**, entre pecuaristas e frigoríficos, que foi rompido no mês de maio, quando o preço da **arroba** do boi gordo subiu de Cz$ 215,00 para Cz$ 240,00, em Presidente Prudente. A alegação básica dos pecuaristas, mais defendida pela categoria dos invernis-



tas, referia-se ao tabelamento unilateral do boi gordo, deixando que flutuassem livremente os preços dos animais de reposição (boi magro e bezerro). A relação boi gordo/boi magro que, em condições normais, situa-se perto de 1,5, ficou mais próxima da unidade, inviabilizando a atividade de engorda terminal dos animais (ver Quadro 03).

Não relegando a importância da não-abrangência dos animais de reposição pelo tabelamento, há que se ressaltar a influência altista proveniente da intensificação da sua procura, desencadeada pelo **Plano de Estabilização**. É ponderável a quantidade de recursos, de pecuaristas ou não, até então em

QUADRO 04 – LEILÃO DE BOVINOS NAS 51ª E 52ª EXPOSIÇÕES NACIONAIS DE GADO ZEBU – 1985-86

ANO	ANIMAIS VENDIDOS (cabeça)	VALOR (Cz$)	PREÇO MÉDIO (Cz$/cabeça)
1985	899	9.162.500,00	10.191,88
1986	1.080	66.720.600,00	61.778,33
Variação (%)	–	–	506

FONTE – Associação Brasileira de Criadores de Zebu.

poupança, que estão sendo redirecionados à atividade produtiva, principalmente à pecuária. A alta de preços verificada nos leilões de animais em Minas Gerais ilustra muito bem essa nova **corrida** à pecuária de corte (ver Quadros 04 e 05). O preço médio por **arroba** dos animais leiloados, em maio, foi 40,2% superior à média de todos os leilões, coordenados pela Emater-MG, em 1986, caracterizando o crescimento da demanda por bezerros e novilhos naquele estado (ver Quadro 05). Por outro lado, observa-se uma certa retração da oferta de bezerros e bois magros, tendo em vista a sua retenção parcial pelos próprios criadores que, dispondo de maior capital de giro com a desmobilização da poupança, optaram por bancar a etapa seguinte do processo criatório, confiantes no êxito da recuperação da economia. Por fim, como fator impulsionador dos preços dos animais de reposição, mencione-se a influência indireta da Reforma Agrária, que, segundo se observa em determinadas áreas, tem contribuído para aumentar sua demanda, com vista a diminuir o **grau de improdutividade** dos latifúndios.

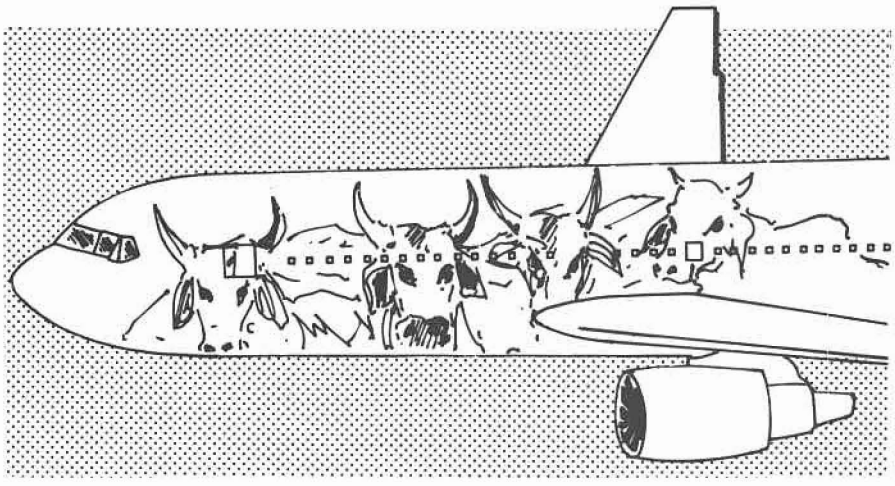
QUADRO 05 – FEIRA DE BEZERROS[1] E NOVILHOS[1] DE CORTE DE MINAS GERAIS – 1985-86

ANO/MÊS	ANIMAIS VENDIDOS (cabeça)	PREÇO MÉDIO (Cz$/cabeça)	PREÇO MÉDIO (Cr$/arroba)
1985	65.000	420,00	63,00
1986[2]	40.000	1.950,00	287,00
Variação 86/85 (%)	–	364	356
Maio/86[2]	4.937	2.460,79	402,48

FONTE – Emater-MG.
[1] Idade variando de 12 a 30 meses;
[2] Municípios de Nanuque, Montalvânia e Unaí.

Em face do crescimento da demanda, acima da expectativa geral, a quantidade dos estoques proposta pelo **CNPC** foi superada, obrigando o governo a revê-la. Na verdade, a constatação do **aquecimento** do mercado ocorreu em fins de abril, quando, normalmente, boa parte da reserva já deveria ter sido formada. Nessa época, prenunciavam-se as primeiras arremetidas dos pecuaristas (invernistas), no sentido de romper o **acordo**, em virtude da alta dos preços dos animais de reposição. O governo limitou em 250 mil t a quantidade a ser estocada, anunciando que a maior parte deveria provir do mercado externo, uma vez que as tentativas de compras internas tinham fracassado, em virtude da defasagem entre o preço oficial e o pretendido pelos pecuaristas.

Segundo o comércio varejista, aumentou em 20% o consumo de carne bovina no país, após a reforma econômica. No bimestre março/abril, no entanto, a **Pesquisa Mensal de Abates**, do **IBGE**, registrou um crescimento de 15,4%, significando que, embora evidente, a melhoria na ingestão do produto foi bem menor (ver Quadro 06). A exportação, por sua vez, cresceu 4,5% significando que o aumento da



oferta interna proveniente da rede de frigoríficos **SIF** foi ainda menor do que o indicado pelo **IBGE** (ver Quadro 07).

No mês de junho, com a persistência do processo altista do boi gordo, travaram-se novas escaramuças entre o governo federal e os pecuaristas. A ameaça aos responsáveis pela retenção do boi não se restringiu apenas ao corte de crédito, indo até o confisco do rebanho, medida arrimada em uma das **leis delegadas**. Igualmente aos frigoríficos, e às empresas exportadoras, foram anunciadas medidas coercitivas, numa tentativa de regularizar o abastecimento que, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, começava a ficar conturbado, por escassez do produto.

Colateralmente, os jornais começaram a veicular queixas dos curtidores, referentes à alta de preços do couro, iniciativa dos frigoríficos como forma de contornar a queda na rentabilidade, derivada do rompimento do **acordo**, por parte dos pecuaristas. Para não prejudicar o total de divisas provenientes da exportação de calçados, o governo federal autorizou a compra da matéria-prima no exterior, aumentando o rol ou a quantidade dos produtos a serem importados no corrente ano.

A re-entrada do Brasil no mercado internacional, como importador de

QUADRO 06 – BRASIL – ABATE DE BOVINOS E PESO DAS CARCAÇAS – JANEIRO/FEVEREIRO E MARÇO/ABRIL – 1985-86

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO + FEVEREIRO							
	1985				1986			
	Total	Boi	Vaca	Vitelo	Total	Boi	Vaca	Vitelo
Abate (1.000 cab.)	1.636	1.037	592	7	1.680	1.011	663	6
Participação (%)	100,0	63,4	36,2	0,4	100,0	60,2	39,5	0,3
Peso das Carcaças (1.000 t)	339.755	237.822	101.205	728	338.574	228.247	109.791	536
Participação (%)	100,0	70,0	29,8	0,2	100,0	67,4	32,4	0,2
Peso Médio (kg)	207,7	229,3	171,0	104,0	201,5	225,8	165,6	89,3
	MARÇO + ABRIL							
Abate (1.000 cab.)	1.854	1.241	606	7	2.103	1.440	659	4
Participação (%)	100,0	66,9	32,7	0,4	100,0	68,5	31,3	0,2
Peso das Carcaças (1.000 t)	396.850	291.714	104.515	621	458.088	343.027	114.665	396
Participação (%)	100,0	73,5	26,3	0,2	100,0	74,9	25,0	0,1
Peso Médio (kg)	214,1	235,1	172,5	88,7	217,8	238,2	174,0	99,0

FONTE – Pesquisa Mensal de Abate de Animais – IBGE.

carne bovina, deu-se em momento propício, visto que, em razão da nova política fixada para as pecuárias de corte e leite nos **EUA** e na **Comunidade Econômica Européia**, os preços estão em nível atraente. As despesas com a aquisição das 250 mil t (caso se concretize totalmente), da ordem de US$ 200 milhões, podem, pois, ser consideradas não muito onerosas.

Embora menor, a parcela a ser comprada do **Uruguai** e da **Argentina** terá um preço médio mais elevado. Não obstante a folga existente nas reservas cambiais acumuladas nos últimos meses, resta sempre a dúvida de que poderia ser mais correto fazer-se o contingenciamento das exportações, uma vez que o país tem exportado uma média de 500 mil t (em equivalente-carcaça) de carne ao ano, desde 1983. O aumento da demanda interna, derivada do **Plano de Estabilização**, ainda que previsível, não foi de imediato considerado, de modo a revisar as metas das empresas, que pretendem exportar 600 mil t, no corrente ano.

Até o mês de abril, as exportações alcançaram 166,3 mil t (em equivalente-carcaça) superando em 11,2% o desempenho de 1985. Tanto em razão da fase depressiva dos preços internacionais, como do não-cumprimento do **acordo** no mercado interno, a rentabilidade dos frigoríficos tem declinado, nos últimos meses. O balanço projetado para o corrente ano significa certo retrocesso da posição brasileira no mercado internacional de carne bovina, uma vez que o saldo líquido será de apenas 240 mil t exportadas, ao invés de 496 mil t, em 1985.



Com a continuidade da política de redução de estoques (excedentes) nos **EUA** e na **CEE**, nos próximos anos, o mercado internacional ainda se caracterizará por uma certa folga na oferta, tendo em vista o incremento dos abates, para a redução dos seus respectivos rebanhos. No longo prazo, porém, as perspectivas são favoráveis ao Brasil, que dispõe de condições altamente vantajosas para a atividade criatória, em geral. Neste sentido, a proposta do **Conselho Nacional de Pecuária de Corte** para o ano 2000 torna-se novamente oportuna (produção de 6,6 milhões de t, consumo interno de 5,6 milhões de t e exportação de 1 milhão de t (ver **Agroanalysis**, volume 8, nº 6).

QUADRO 07 – BRASIL – EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA – PERÍODOS JANEIRO/FEVEREIRO E MARÇO/ABRIL – 1985-86

ANO	JANEIRO + FEVEREIRO					
	CARNE DE BOVINO CONGELADA, FRESCA OU REFRIGERADA			CARNE DE BOVINO INDUSTRIALIZADA		
	Quantidade (t)	Valor (Fob) (US$ 1.000)	Preço Médio (Fob) (US$/t)	Quantidade (t)	Valor (Fob) (US$ 1.000)	Preço Médio (Fob) (US$/t)
1985	22.487	45.687	2.031,71	14.904	30.138	2.022,14
1986	12.893	26.242	2.035,37	25.980	40.497	1.558,78
Variação (%)	–42,7	–42,6	0,2	74,3	34,4	–22,9
	MARÇO + ABRIL					
1985	20.707	38.234	1.846,43	18.977	40.571	2.137,90
1986	28.545	58.092	2.035,10	15.679	41.674	2.657,50
Variação (%)	37,9	51,9	10,2	–17,4	2,7	24,3

FONTE – Cacex/Funcex.

Nota: Em equivalente-carcaça, foram exportadas 70.983 t e 84.295 t no primeiro bimestre de 1985 e 1986, respectivamente, correspondendo a um aumento de 18,9%. Para o segundo bimestre, as quantidades foram 78.503 t e 82.015 t, respectivamente, representando um acréscimo de 4,5%.

PECUÁRIA DE LEITE

O aumento da demanda coincidiu com a deterioração da oferta. As principais providências governamentais foram a importação do leite em pó e a formação de um grupo de trabalho interministerial

A crise do abastecimento do leite eclodiu novamente, pondo à mostra todo o elenco de distorções que tem caracterizado o mercado, da produção ao comércio varejista, passando pelo transporte e pela indústria de processamento. Há que se destacar que era perfeitamente evitável, pois de há muito havia sido prevista. Desta feita, porém, reveste-se de contornos especiais, uma vez que tem amplitude nacional e vem provocando protestos generalizados dos pequenos, médios e grandes criadores, além da indústria, do comércio, dos caminhoneiros transportadores e, por fim, dos consumidores.

Na raiz da questão e para que se desse com tal magnitude, conjugaram-se deficiências estruturais da produção (e, em alguns casos, da indústria) e fatores conjunturais surgidos na esteira do **Plano de Estabilização Econômica** e do programa de distribuição do governo federal.

O leite é um alimento de consumo exclusivamente do mercado interno e a deterioração de sua produção data de 1978, inserindo-se no quadro geral de marginalização dos produtos que compõem a cesta alimentar básica da população, no último decênio. À semelhança do arroz, feijão e mandioca (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 3, março de 1986), a disponibilidade **per capita** do leite tem declinado sensivelmente, denotando a forma desleixada do tratamento governamental à pecuária leiteira, em que os pequenos e médios produtores são responsáveis por grande parte da produção (ver Quadro 08).

A inércia que se verifica na produção de leite **tipo C** reflete, pois, a política manietadora de iniciativas, que inibe a capitalização dos pequenos e médios produtores. Ao estabelecer diferentes tipos de leite (**A, B, C e Especial**) no âmbito do consumo e os **leite-consumo, leite-indústria, leite-quota** e **leite-excesso**, de livre classificação por parte do processador, o governo federal atendeu preferencialmente aos interesses das indústrias, cuja estrutura oligopolizada lhes faculta maior poder de presssão. Dentro desse sistema **multiclassificatório**, o produtor, já onerado pelo pagamento do segundo percurso, recebe quase sempre menos do que o valor devido pelo volume de leite entregue às indústrias. As exceções correm por conta das cooperativas de produtores que aplicam corretamente a sistemática e ainda distribuem ganhos aos filiados. No entanto, freqüentemente, são mal administradas, em prejuízo dos próprios cooperados.

Essa sistemática de pagamento da produção, além de punir os que são mais eficientes, deixa margem a uma competição entre as indústrias processadoras (em especial as queijeiras) e as usinas de pasteurização, toda vez que o preço dos derivados enseja maior rentabilidade, como vem ocorrendo nos meses subseqüentes ao **Plano de Estabilização Econômica.** A respeito, constata-se que, em determinadas áreas de São Paulo, em razão da escassez da oferta, as indústrias não só expandem as suas linhas de coleta, como invadem áreas de ação de empresas concorrentes. Nessas incursões, pagam até Cz$ 2,70 por litro.

Sem relegar a importância da contribuição da forma de remuneração do

QUADRO 08 – BRASIL – DISPONIBILIDADE PER CAPITA/DIA DE LEITE RECEBIDO PELA INDÚSTRIA[1] – 1978-85

ANO	LEITE RECEBIDO PELA INDÚSTRIA[1] (1.000 l)	POPULAÇÃO (1.000 hab)	DISPONIBILIDADE/DIA (ml/hab/dia)
1978	8.118.078	112.960	197
1979	7.556.538	115.942	178
1980	7.728.338	119.003	178
1981	8.400.312	122.144	188
1982	8.126.315	125.368	178
1983	8.585.316	128.678	182
1984	8.844.972	132.075	183
1985	7.864.954	135.564	159

FONTE – Pesquisa Mensal de Leite e Anuário Estatístico de 1983, do IBGE.

[1] Obs.: O volume médio anual de leite recebido pela indústria, no qüinqüênio 1978/82, representou cerca de 75% da produção média anual (10,8 bilhões de litros) do país, segundo o IBGE.

leite à queda da rentabilidade do criador, o fator decisivo para a sua descapitalização tem sido o preço arbitrado pelo governo que, desde 1979, vem acusando quedas sucessivas. Aliás, a política de preços reprimidos praticada no Brasil em muito se assemelha à dos demais países do Terceiro Mundo, que, estagnando a produção, contribuem para perpetuar o estado de subnutrição de camadas ponderáveis da população e a dependência da doação ou importação de leite em pó dos países desenvolvidos (ver **Agroanalysis**, volume 9, nº 7, julho de 1985).

No último sexênio, a preocupação com a escalada inflacionária fez com que os técnicos da **Seap/Sunab** desconhecessem os pleitos dos produtores para reajuste de preços, fazendo com que se reduzissem consideravelmente, a ponto de, em 1985, representarem apenas dois terços dos vigentes em 1975 (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 1, janeiro de 1986).

O subsídio de 30% com que o governo federal, para preservar a intocabilidade do **Plano de Estabilização**, procura compensar o déficit acumulado no preço, representa muito pouco para a produção. De fato, de acordo com a estimativa governamental, o subsídio ao produtor, da ordem de Cz$ 0,53/litro, significará um montante de Cz$ 1,5 bilhão em 1986, isto é, menos de um quarto do total que deixou de ser injetado na atividade criatória em 1985 (ver **Agroanalysis**, volume 10, nº 1, janeiro de 1986). Sendo uma compensação exclusiva ao **leite-consumo**, isto é, àquele destinado ao beneficiamento, o subsídio acrescentou mais um elemento complicador ao mercado, de vez que as indústrias passaram a pagar um ágio maior para obter a matéria-prima. A recente alta do preço da mozarela tem acarretado transtornos às **pizzarias** paulistanas, cujos produtores estão com os preços congelados, evidenciando a situação contraditória do mercado.

Na vertente do consumidor do leite fluido, a ação governamental recente



tem afetado duplamente o mercado, pelo incremento da demanda. Em primeiro lugar, aparece o programa distributivista lançado em dezembro de 1985, que pretende abranger 3,6 milhões de crianças no corrente ano[1]. Em segundo, vem o aumento, na mesma proporção, da relação de compra do salário mínimo e do leite, após o **Plano de Estabilização**. Atuando no mesmo sentido, devem ser mencionadas as mudanças havidas no **Imposto de Renda** que, ao lado dos saques das cadernetas de poupança, permitiram uma descompressão do consumo da classe média. O mercado de São Paulo, que absorvia 75% da produção de **leite B**, passou a consumí-la integralmente com essas medidas e as que acompanharam a introdução da nova moeda.

Constatado o desencontro do processo mercadológico, em que o aumento da demanda coincide com a deterioração da oferta, as primeiras providências governamentais foram a importação do leite em pó e a formação de um grupo de trabalho interministerial para, no prazo de seis meses, elaborar um programa de incentivo à produção.

Em virtude da eclosão da crise de abastecimento, porém, a comissão **ad hoc** deteve-se durante quarenta dias em elaborar e propor soluções de emergência, para evitar o agravamento da conturbação do mercado. Subsídio para pagamento do segundo percurso, linha especial de crédito para as indústrias, crédito especial para compra de ração, extinção do leite-indústria, isenção do **ICM** para os estados que mantém sua cobrança, foram algumas das sugestões feitas ao governo. Pela dificuldade de implantá-las e pela pouca repercussão que teriam tais medidas no âmbito da produção, o governo federal optou pelo subsídio direto de 30% ao produtor.

Muito embora contrariando decisão anterior, de extinção de toda e qualquer modalidade de subsídio na economia, a escolha do governo origina-se tanto da necessidade de uma resposta às reivindicações do produtor, quanto da de salvaguardar a imagem do **Plano de Estabilização**, evitando-se o aumento do preço de um produto de consumo popular.

1 Segundo o **Finsocial**, a distribuição de leite deverá alcançar, em dezembro, o volume diário de 1,5 milhão de litros. Assim, estima-se que no final do ano, o **Programa** estará atendendo 3,6 milhões de crianças, recebendo cada uma, a média de 416 ml do produto.

Os produtores não ficaram totalmente satisfeitos com a medida, devido, principalmente, ao percentual de subsídio se ter situado aquém de suas reivindicações e ao seu caráter transitório. Há o temor de que o posicionamento do governo continue o mesmo, com a adoção de medidas paliativas que, no fundo, impedem a construção de alicerces capazes de assegurar o desenvolvimento auto-sustentado da produção. A existência de substanciais excedentes de leite em pó no mercado internacional, oferecidos a preços largamente subsidiados, fundamenta-lhes ainda mais a convicção de que a iniciativa de se formular e implementar uma política de longo prazo para a pecuária leiteira será postergada mais uma vez.

A manutenção dessa visão **antolhada** dos mercados leiteiro e laticinista pode vir a acarretar grande ônus ao país, maior mesmo do que os que já ocorrem, com a subnutrição de amplas camadas da população e a evasão de divisas. As mudanças recentes nas políticas agrícolas dos **EUA** e da **CEE** significam que, no médio prazo, reduzir-se-ão os excedentes de leite em pó e outros derivados lácteos, tornando-se inevitável uma alta de seus preços. Conseqüentemente, os países de produção insuficiente terão que despender maior quantidade de divisas com as importações.

A urgência de mudança na ótica do governo federal em relação ao mercado leiteiro e laticinista não se fundamenta, pois, apenas, na sua importância econômica mas, também, na sua complexidade, uma vez que envolve múltiplos elos de uma extensa cadeia e longo prazo para sua solução. O vaivém, a descontinuidade e o imediatismo da política governamental, nos últimos oito anos, têm acarretado consideráveis prejuízos, diretos ou não, às pastagens, às indústrias de rações, aos desenvolvimentos genético, alimentar e sanitário do rebanho, ao sistema de coleta, à infra-estrutura laticinista (postos, usinas de beneficiamento, indústrias processadoras), aos meios de transportes e à distribuição do produto.

QUADRO 09 – BRASIL – LEITE RECEBIDO PELAS INDÚSTRIAS – PRIMEIRO QUADRIMESTRE – 1985-86

MÊS	VOLUME (1.000 l)		VARIAÇÃO (%)
	1985	1986	
Jan	815.604	817.173	0,2
Fev	704.189	711.329	1,0
Mar	756.483	710.148	–6,1
Abr	683.501	617.051	–9,7
Total	2.959.777	2.855.701	–3,5

FONTE – Pesquisa Mensal de Leite – IBGE.

Em face dessa complexidade, a mera implementação de medidas do tipo retirada do **ICM**, ou retorno das despesas do segundo percurso à indústria, ou subsídio temporário à produção, não será bem sucedida no objetivo de reverter a tendência de queda, que se observa na oferta interna de leite (ver Quadro 09).

As características do produto, em especial a sua rápida perecibilidade, implicam um estreito vínculo entre a atividade produtiva e a infra-estrutura industrial, para o incremento da produção e seu aproveitamento integral. A existência do potencial leiteiro atrai as indústrias laticinistas que, uma vez instaladas, promovem o aumento da produção regional, através da garantia de sua absorção.

No Brasil, observam-se acentuadas defasagens no complexo leiteiro-laticinista. As regiões Sul e Sudeste (acrescidas do sul de Goiás) dispõem de uma moderna infra-estrutura laticinista, que atualmente opera com grande ociosidade, devido a não ter ocorrido expansão simultânea da produção na década de 70, quando se verificou grande aumento da sua capacidade instalada. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (parte) caracterizam-se tanto pela escassez da produção de leite como de unidades laticinistas. Há estados, como o Pará, que não contam com sequer uma usina de beneficiamento e outros, como o Maranhão, em que, por deficiências administrativas, a unidade existente funciona precariamente, inibindo o desenvolvimento do potencial leiteiro lá existente.

No pano de fundo desse panorama nada alentador, avulta a visão meramente **economicista** que prevaleceu no país, nos dois últimos decênios. A perda de poder político e as constantes mudanças administrativas do **Ministério da Agricultura** (essas mais acentuadas na presente década) se refletem, também, no encaminhamento dos programas gerais e específicos do **Setor Agrícola**. A desimportância com que a questão do leite foi tratada é bem representativa do quanto se menosprezaram os aspectos sociais, no período.

A continuidade é condição essencial para se perseguirem metas de longo prazo. No complexo leiteiro/laticinista, pela multiplicidade de suas variáveis, é evidente que um programa de incentivo à produção só terá êxito se for de longo prazo e suas etapas e objetivos forem implementados corretamente. A auto-suficiência (e mesmo produção de excedentes) de países da **CEE**, dos **EUA** e da **Nova Zelândia** foi alcançada após duas dezenas de anos de programas específicos. No Brasil, não obstante a sua potencialidade, a abordagem da questão não poderá se dar de outra maneira. Talvez até careça de prazo maior, tais as deficiências estruturais do sistema produtivo, que, por sinal, se acentuaram na década de 70, quando o rebanho leiteiro declinou em número, sem aumento correspondente da eficiência das vacas ordenhadas.

CEBOLA

A **Sunab** *divulgou, em fins de junho, a primeira tabela com os preços dos produtos olerícolas, visando a corrigir as distorções que vinham ocorrendo. Apesar da quebra da safra nordestina, poderão ocorrer problemas no abastecimento apenas em setembro.*

Logo no início do ano, os preços da cebola, depois de registrarem acentuado declínio, notadamente a partir da regularização de abastecimento, em outubro de 1985[1], voltaram a evoluir em todos os níveis de comercialização (ver Quadros 10 e 11).

A menor disponibilidade nas zonas de produção, decorrente do término da safra paulista e das menores produções do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, aliada à retenção de estoques por parte dos produtores sulistas, à espera de melhores remunerações, provocaram considerável **aquecimento** das cotações. Além destes fatores, o elevado custo de frete, devido à maior distância que separa os estados do sul dos grandes centros consumidores e à melhor qualidade do produto oriundo do Sul em relação à cebola paulista, até então comercializada, também contribuíram para encarecer o produto. Por outro lado, o comportamento dos preços nessa época foi ainda influenciado pela greve dos caminhoneiros, que reduziu por alguns dias o suprimento no atacado.

Normalmente, em janeiro, como ocorreu no ano passado (ver **Agroanalysis**, volume 9, nº 11, novembro de 1985), a safra paulista ainda estaria sendo comercializada em grande escala, o que não se deu neste ano. Além da baixa qualidade ter propiciado a aceleração das vendas, a produção também foi, em parte, afetada pela estiagem verificada em fins de 1985.

No Rio Grande do Sul, o rendimento médio diminuiu de 9.512 kg/ha para 6.276 kg/ha, havendo quebra na produção da ordem de 38% em relação à obtida no ano anterior. Em Santa Catarina, apesar do considerável aumento da área colhida[2] (de 16%, em relação à safra 1984/85), como o rendimento médio foi bastante prejudicado, a produção ficou bem abaixo das estimativas iniciais, embora praticamente equivalente ao total registrado em 1985, ou seja, 148 mil t (ver Cuadro 12).

Diante da perspectiva de escassez e visando a forçar elevações de preços, os produtores sulistas passaram a reter o produto, tanto que, em fins de fevereiro, quando o governo federal **congelou** o preço médio em Cz$ 6,80/kg, no varejo, em todo o país, ainda restavam por comercializar cerca de 50% da safra catarinense (segundo informações da **Cepa** catarinense) e expressivos estoques formados no Rio Grande do Sul.

Após o **congelamento**, sem mais interesse em especular e ainda correndo o risco de quebras decorrentes da armazenagem, os produtores sulistas aumentaram a pressão de venda, mas, simultaneamente, a demanda também se retraiu, passando os intermediários a oferecerem preços bem menores e o comércio ficou, de início, paralisado. Pouco tempo depois, as transações foram restabelecidas e o mercado se auto-ajustou, sob preços inferiores aos praticados anteriormente.

É importante observar que, embora **congeladas** em época de alta, as cotações da cebola no mercado varejista de São Paulo, à diferença do que ocorreu no Rio de Janeiro, situaram-se, notadamente em abril e maio, bem acima do preço médio de Cz$ 6,80/kg (ver Quadro 11). Provavelmente, tendo em vista que a média de preço em fevereiro, no mercado de São Paulo, superou a verificada em igual mês no Rio de Janeiro, vendedores paulis-

QUADRO 10 – CEBOLA – PREÇOS[1] RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO – 1985–86 (Cz$/kg)

MÊS	1985	1986
Janeiro	2,60	3,96
Fevereiro	2,99	4,87
Março	2,67	4,66
Abril	2,49	4,57
Maio	3,30	3,10
Junho	4,28	
Julho	16,46	
Agosto	15,18	
Setembro	11,12	
Outubro	7,06	
Novembro	4,06	
Dezembro	3,01	

FONTE – IEA/SP.

1 Preços corrigidos pelo IGP-DI, para maio de 1986.

1 **Entre outubro e dezembro de 1985, o mercado estava sendo suprido com o produto da microrregião de Paranapiacaba/SP, associado à nova colheita (safra temporã) da região do Vale do São Francisco e à cebola paranaense já da safra 1985/86. Em dezembro, começou também a ser comercializado o produto do Sul.**

2 **Devido principalmente às excelentes condições de comercialização vigentes durante o ano passado, bem como à grande quantidade de sementes, o plantio foi bastante estimulado.**

QUADRO 11 – CEBOLA – QUANTIDADES COMERCIALIZADAS NO ATACADO E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] NO ATACADO E NO VAREJO – ESTADOS DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO – 1985-86

	SÃO PAULO						RIO DE JANEIRO					
	Atacado – Ceagesp – Entreposto terminal				Varejo		Atacado – Ceasa/RJ				Varejo	
	Quantidades Comercializadas (t)		Preços Médios Mensais (Cz$/t)		Preços Médios Mensais (Cz$/kg)		Quantidades Comercializadas (t)		Preços Médios Mensais (Cz$/t)		Preços Médios Mensais (Cz$/kg)	
MÊS	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986	1985	1986
Jan	5.721	4.951	3.466,53	6.150,87	5,67	9,68	4.598	3.863	3.866,96	6.372,48	4,97	6,77
Fev	5.139	4.522	3.205,06	5.859,76	5,52	9,47	3.637	3.565	2.355,16	5.727,16	5,19	8,03
Mar	5.478	4.933	2.759,83	4.538,17	5,23	6,82	3.763	3.619	2.026,76	5.086,74	4,79	6,65
Abr	6.498	5.610	2.666,83	4.756,12	4,92	7,73	4.716	3.786	2.597,19	4.595,57	4,43	6,69
Mai	6.957	5.688	3.817,05	4.948,00	6,61	7,97	3.987	3.494	4.026,27	4.480,00	5,07	6,58
Jun	4.695		8.078,75		11,51		3.159		7.853,01		8,32	
Jul	3.689		16.942,54		27,99		3.331		17.039,51		18,32	
Ago	4.048		14.634,62		26,22		2.869		15.107,25		23,83	
Set	4.367		11.148,92		20,49		3.571		10.933,83		15,96	
Out	5.434		5.291,64		11,84		4.188		5.370,20		8,58	
Nov	5.296		4.276,31		8,71		4.079		4.478,82		5,99	
Dez	5.401		3.093,73		7,18		4.733		3.188,84		4,73	

FONTES – ATACADO – Acompanhamento Conjuntural Hortigranjeiros – GAA/COBAL – Ministério da Agricultura;
VAREJO – SP – Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado.
RJ – FGV/IBRE/DEE – Centro de Estatística Econômica

1 Preços corrigidos pelo IGP-DI, para maio de 1986.

tas, comprovando que no dia 26/02 estavam cobrando preço acima do **congelado**, aproveitaram-se da situação. Além disso, problemas de atraso no escoamento da safra de São Paulo, devido ao excesso de chuvas, quando o produto do Sul já estava em final de comercialização, ou ainda manipulações de oferta e outras tentativas de não repassar ao varejo as reduções de preços verificadas no atacado, são apontadas como causas para justificar os preços mais elevados.

O fato é que, para corrigir as distorções de preços, levando em conta que, a cebola, a exemplo de outras olerícolas, apresenta variações tanto sazonais como diárias da quantidade comercializada, a **Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab)**, após discutir com as **Ceasas** e receber propostas da **Cobal**, divulgou, no dia 20 de junho, a primeira tabela dos produtos da olericultura, contendo o preço máximo no atacado e no varejo de quinze produtos (responsáveis por 90% do movimento das **Centrais de Abastecimento** de todo o Brasil) e sujeita à revisão mensal. Para cada estado, foi elaborada uma lista diferente e, no caso da cebola, os preços máximos que passaram a vigorar a partir do dia 23 de junho, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, foram fixados em Cz$ 4,50/ kg, no atacado e Cz$ 6,00/kg, no varejo. Portanto, especialmente em São Paulo, os novos preços ficaram bem abaixo dos praticados até então, o que acabou gerando acentuada redução da quantidade ofertada no atacado e outros problemas de comercialização.

Em fins de fevereiro, quando se deu a paralisação do comércio, logo após o **congelamento** de preços, a **Cobal** foi chamada a intervir no mercado gaúcho, visando a contornar o impasse gerado pela retração da demanda. No entanto, apesar de ter sido proposto que a **Cobal** comprasse, ao preço de Cz$ 2,50/kg, um limite de 15 mil t (em partidas de 2 mil t, para formação de um estoque rotativo), já que conta com recursos da ordem de Cz$ 7,5 milhões, a fundo perdido, à conta do **Tesouro Nacional**, a participação desse órgão nas aquisições não foi significativa. Segundo informações do **Departamento de Planejamento Agrícola (Depa)**, da **Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul**, a **Cobal** não chegou a **reaquecer** o mercado, pois adquiriu apenas a quantidade usual para atender a rede varejista, ou seja, não mais do que 2 mil t. Também para acelerar as vendas da cebola gaúcha, o governo do estado passou a adquirir alguma quantidade diretamente dos produtores, sobretudo de São José do Norte, para comercialização na periferia de Porto Alegre, a preço de custo.

Em meados de abril, além do produto do Sul, começaram também a ser comercializadas as cebolas de **soqueira** de Piedade/SP e as primeiras partidas da produção do Vale de São Francisco. Conforme se observa no Quadro 11, as quantidades comercializadas no atacado, em abril, em relação aos totais registrados em março, aumentaram 14%, em São Paulo e 5%, no Rio de Janeiro. Por outro lado, os preços médios, comparados nos mesmos meses, apresentaram alguma evolução em São Paulo e pequena queda no mercado carioca, sendo considerados remuneradores.

À medida em que foram intensifi-

QUADRO 12 – CEBOLA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES E NO BRASIL SAFRAS 1984/85 E 1985/86

ESTADO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
	1984/85	1985/86[1]	1984/85	1985/86	1984/85	1985/86
São Paulo	14.389	15.052	236.877	247.033	16.462	16.412
Santa Catarina[2]	14.399	16.666	148.130	148.426	10.288	8.906
Rio Grande do Sul[2]	18.175	17.118	172.876	107.437	9.512	6.276
Pernambuco	2.366	3.676	22.721	38.622	9.603	10.507
Bahia	2.565	3.650	20.361	36.624	7.938	10.582
BRASIL	57.790	63.082	637.029	625.994	11.023	9.924

FONTE – IBGE.
[1] Estimativa de junho;
[2] área colhida, produção e rendimento médio obtidos.

cados os trabalhos de colheita da safra de São Paulo, os preços no nível do produtor mostraram sinais de arrefecimento (ver Quadro 10) mas, devido à dificuldade de escoamento da produção (a quantidade comercializada em maio praticamente equiparou-se à do mês anterior), as cotações nos mercados atacadista e varejista, continuaram em alta, como se pode constatar no Cuadro 11. No Rio de Janeiro, apesar da menor quantidade levada ao mercado no mês de maio, em comparação com abril, os preços também diminuíram ligeiramente no atacado e mantiveram-se quase estabilizados no varejo.

Por sua vez, a safra do Vale de São Francisco, cujo pique de colheita concentra-se em junho e julho, foi parcialmente prejudicada pelo excesso de chuvas que atingiu as plantações pernambucanas. A área plantada em Pernambuco, inicialmente estimada, pelo **IBGE**, em torno de 8 mil ha e, portanto, acima do limite de 6.800 ha a ser oficialmente financiado (de acordo com o **Programa Nacional de Abastecimento de Cebola**, para o período **1986/90**), acabou reduzindo-se para 3.676 ha. Condições climáticas desfavoráveis durante o mês de março, bem como as elevadas taxas de juros vigentes por ocasião da tomada de empréstimos para custeio da safra e a existência de opções mais rentáveis de plantio foram apontados pela **Cepa/PE** como os principais responsáveis pela redução do plantio e a conseqüente forte quebra da produção, em relação às previsões iniciais (94 mil t). Já na Bahia, onde o atraso na liberação de financiamento (devido à indefinição das taxas de juros) retardou um pouco a colheita, as previsões do **IBGE**, de maio, indicavam uma produção da ordem de 48 mil t (20 mil t em 1985) que em junho, diminuiu substancialmente, situando-se em 36 mil t. Segundo a **Cepa** da Bahia, apesar de ter sido detectado um aumento de 100 ha de lavoura, problemas de germinação de sementes tenderão a reduzir a colheita.

Não obstante a quebra da safra do Nordeste, a oferta deverá ser suficiente para atender a demanda nos próximos meses, pelo menos quanto à disponibilidade nas zonas de produção, uma vez que o tabelamento, no atacado e varejo, vem acarretando redução da quantidade comercializada no atacado e poderá ter outras conseqüências. De acordo com estimativas da **Secretaria Nacional de Abastecimento**, do **Ministério da Agricultura**, baseada em previsões de colheita em nível estadual, a oferta no mercado nacional, em junho, deverá ser da ordem de 57.910 t (44% provenientes do Vale de São Francisco e 56% de **cebolas de soqueira** de Piedade/SP); em julho, de 58.247 t (58% do Vale de São Francisco e 42% de São Paulo, tanto de **cebola de soqueira** como de **cebolas claras** dos municípios de Monte Alto e São José do Rio Pardo, que começam a entrar no mercado em meados do mês); e, em agosto, deverá ser equivalente a 45.836 t (35% do Vale de São Francisco, especialmente da Bahia e 65% de São Paulo).

Apenas em setembro, será possível que haja algum problema de abastecimento. Ainda é cedo para fazer avaliações mais precisas, já que, neste mês, além do final das remessas de cebola dos municípios paulistas de Monte Alto, São José do Rio Pardo e, posteriormente, de Mirandópolis, começa, também, a ser comercializada a **safra temporã** do Nordeste que, por sua vez, vai depender, dentre outros fatores, dos preços de mercado alcançados durante a comercialização da **safra básica**.

LIMÃO*

O consumo foi bastante ampliado após a vigência da **Lei dos Sucos,** *que prescreve o emprego de 10% de suco natural nos refrigerantes. Do limão extraem-se óleo, suco concentrado e pectina; o primeiro com boas possibilidades de vendas no mercado externo.*

A partir dos anos 70, a produção de limão **in natura** atingiu maior impulso, no país. Até então, os cultivos vinham sendo muito afetados pela doença chamada **Tristeza**[1], mas desde aquela década, os dados estatísticos têm apontado crescimento da produção em todos os anos (ver Quadro 13). Grande parte deste incremento se deve à melhoria das mudas para enxertia e à pesquisa voltada para o combate às doenças e pragas, melhorando a produtividade de novos pomares.

O estado de São Paulo tem participação marcante na produção brasileira de limão, representando quase 70% do total, seguido à distância pelo Rio de Janeiro, com uma oferta bastante inferior, de 8% em média (ver Quadro 14).

Das variedades de limão mais conhecidas, a predominante no país é a **Tahiti.** Sua aceitação por parte dos produtores é crescente, em face de maior resistência a doenças e pragas. Este fator, juntamente com a receptividade pelo mercado consumidor, vem contribuir para sua expansão por novas áreas de plantio.

No estado de São Paulo, por exemplo, nos anos 1980 e 1981, a variedade **Tahiti** já correspondia a 68% dos pés em produção e 82% dos novos pés plantados (ver Quadro 15).

* Trabalho elaborado originalmente para **Phídias — Administração e Participações Ltda.**

1 Doença virótica que ataca toda a planta, definhando-a até morrer.

QUADRO 13 — BRASIL — PRODUÇÃO DE LIMÃO IN NATURA 1973 a 1983

ANO	PRODUÇÃO (em 1.000 frutos)	PRODUÇÃO (em t)	VARIAÇÃO (%) s/ano anterior
1973	1.614.508	196.969	—
1974	1.889.550	230.525	17,03
1975	2.075.212	253.175	9,82
1976	2.117.644	258.352	2,04
1977	2.378.419	290.167	12,31
1978	2.464.464	300.664	3,61
1979	2.783.024	339.528	12,92
1980	2.801.859	341.826	0,67
1981	2.842.922	346.836	1,46
1982	3.235.306	394.707	13,80
1983	3.852.052	469.950	19,06
1984	4.027.947	491.409	4,56

FONTE — IBGE
1 Unidade de fruto = 0,122 kg (fonte: Hortinexa)

Com relação ao consumo, não é difícil verificar, através das estatísticas disponíveis, referentes à produção e ao comércio exterior, que a maior parte do produto brasileiro é consumida **in natura.** Ao contrário,

QUADRO 14 — SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO — PRODUÇÃO DE LIMÃO E PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO TOTAL DO PAÍS 1973 a 1982

ANO	PRODUÇÃO (t) São Paulo	PRODUÇÃO (t) Rio de Janeiro	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%) São Paulo	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%) Rio de Janeiro
1973	100.071	17.660	50,80	8,96
1974	136.581	16.577	59,24	7,19
1975	152.425	20.768	60,20	8,20
1976	156.669	24.544	60,64	9,50
1977	186.788	27.076	64,37	9,33
1978	200.504	24.412	66,68	8,11
1979	236.423	26.204	69,63	7,74
1980	231.522	29.418	67,73	8,60
1981	236.224	27.948	68,10	8,05
1982	275.828	35.447	69,88	8,98
1983	320.488	63.730	68,20	13,56
1984	318.479	69.137	64,81	14,07

FONTE — IBGE.
1 Unidade do fruto = 0,122 kg (fonte: Hortinexa)

os **Estados Unidos da América**, principal produtor mundial, processam a maior parte de sua safra (55%, em média)[2]. No período 1974/75, o **IBGE** estimou no seu **Estudo Nacional de Despesa Familiar – ENDEF**, que o consumo aparente no Brasil era de 0,8 kg/hab/ano. Anos mais tarde, foi realizado um estudo para avaliar a elasticidade-renda da demanda e constatou-se que o limão tem o comportamento de um bem normal, com elasticidade relativamente alta[3]. Isto significa que o consumo de limão pode ser aumentado a partir de pequenas elevações no nível de renda das populações.

O limão **in natura** atinge seu pico de preços no segundo semestre do ano, em decorrência de menor quantidade de oferta (entressafra), como pode ser visto no Gráfico 01. O preço de mercado é regulado pela cotação da variedade **Tahiti** (ver Quadro 16).

QUADRO 15 – SÃO PAULO – VARIEDADES DE LIMÃO PLANTADAS

VARIEDADE	PÉS NOVOS			PÉS EM PRODUÇÃO		
	Nº de Citricultores	Nº de pés (1.000)	% de pés	Nº de Citricultores	Nº de pés (1.000)	% de pés
Tahiti	840	295	82	4.900	1.798	68
Galego	626	13	4	4.818	477	19
Siciliano	61	16	4	718	263	10
Outras	168	34	10	1.519	82	3
Total	1.311	358	100	7.730	2.620	100

FONTE – Instituto de Economia Agrícola – SP

QUADRO 16 – SÃO PAULO – PREÇO MÉDIO DO LIMÃO NO MERCADO ATACADISTA

ANOS	VALOR CORRENTE (Cr$/Caixa)[2]		VALOR REAL DE 1982[1] (Cr$/caixa)[2]	
	TAHITI	Tahiti + Siciliano + Galego	TAHITI	Tahiti + Siciliano + Galego
1976	...	54,00	...	1.350,92
1977	60,00	83,86	1.052,22	1.470,65
1978	60,41	99,12	763,81	1.253,26
1979	166,84	234,27	1.370,43	1.924,30
1980	455,85	487,13	1.870,00	1.998,32
1981	...	1.799,00	...	3.516,00
1982	...	2.023,00	...	2.023,00
1983	...	4.411,00	...	1.732,96

FONTE – Ceagesp – Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.
1 Corrigido pelo IGP-DI;
2 caixas de 29 kg.

Derivados do Limão

A análise do setor industrial indica que, apesar da multiplicidade do uso dos derivados, muito pouco foi feito para sua expansão. Menos de 20% da produção vão para o setor industrial. Este percentual corresponde a algo entre 1,2 e 1,8 milhão de caixas de 40,8 kg.

Dentre os produtos mais importantes extraídos do limão, tem-se o **óleo essencial** e o **suco concentrado.** Para a obtenção desses produtos, muito pouco é introduzido como material secundário, mas a atenção nos diversos estágios de industrialização é de suma importância.

O primeiro passo no setor industrial é a escolha da variedade a ser processada, em face das diferenças no rendimento do produto final (mesmo entre as variedades idênticas, podem ocorrer resultados finais diversos, devido à utilização de diferentes processos de industrialização).

No que tange à comercialização, um dos fatores que contribuiu para o aumento da demanda interna pelo produto industrializado, ou seja, do suco concentrado de limão, foi a **Lei dos Sucos**, ao obrigar a incorporação dos 10% desse produto no processamento dos refrigerantes. O suco, além de sua utilização nessa indústria, sua principal demanda derivada, também é empregado na indústria de alimentos, aplicado em massas para biscoitos, confeitos, balas e doces.

Quanto ao **óleo de limão**, sua principal utilização é nas indústrias de cosméticos e perfumarias.

Além do **suco concentrado** e do **óleo essencial**, é possível extrair um terceiro produto, a **pectina**, destinado principalmente à indústria alimentícia e, em menor escala, à indústria farmacêutica, onde atua como espessante e estabilizante.

Mercado Internacional

Os **Estados Unidos da América**, juntamente com a **Itália**, respondem por aproximadamente 30% da produção mundial de limão, vindo em se-

2 **Outlook and Situation – Fruit**, setembro de 1984.

3 Oportunidades Agroindustriais – **Fiderj**, 1978.

guida: **México, Índia, Espanha, Argentina, Turquia, Grécia** e **Brasil.**

Os **EUA** têm como principal estado produtor a Califórnia, cuja variedade mais cultivada é a **Eureka**, própria para indústria. A **Itália** concentra na Sicília o cultivo de diversas variedades, favorecidas pelas condições **edafoclimáticas** da ilha.

Os grandes clientes dos **Estados Unidos da América** são o **Japão** e o **Canadá** e, em menor escala, a **Europa**, principalmente no caso dos frutos frescos.

A partir da safra 1981/82, a recessão que vem afetando a economia mundial e a alta do dólar norte-americano contribuíram para a redução dos preços do limão dos **EUA** no mercado europeu, e, em conseqüência, dos derivados.

As exportações brasileiras de **óleo essencial** e de **suco concentrado** decresceram sensivelmente em 1981, em comparação com o ano anterior: 56% e 94%, respectivamente. Não menos grave foi a queda do preço médio de exportação, também neste ano, que atingiu 87% para o **óleo essencial** e 121% para o **suco concentrado.**

A reação à tendência baixista de preços somente se efetuou a partir de 1983, com maiores quantidades adquiridas destes produtos pela **Europa** e **Estados Unidos da América,** vindo a elevar-se ainda mais em 1984.

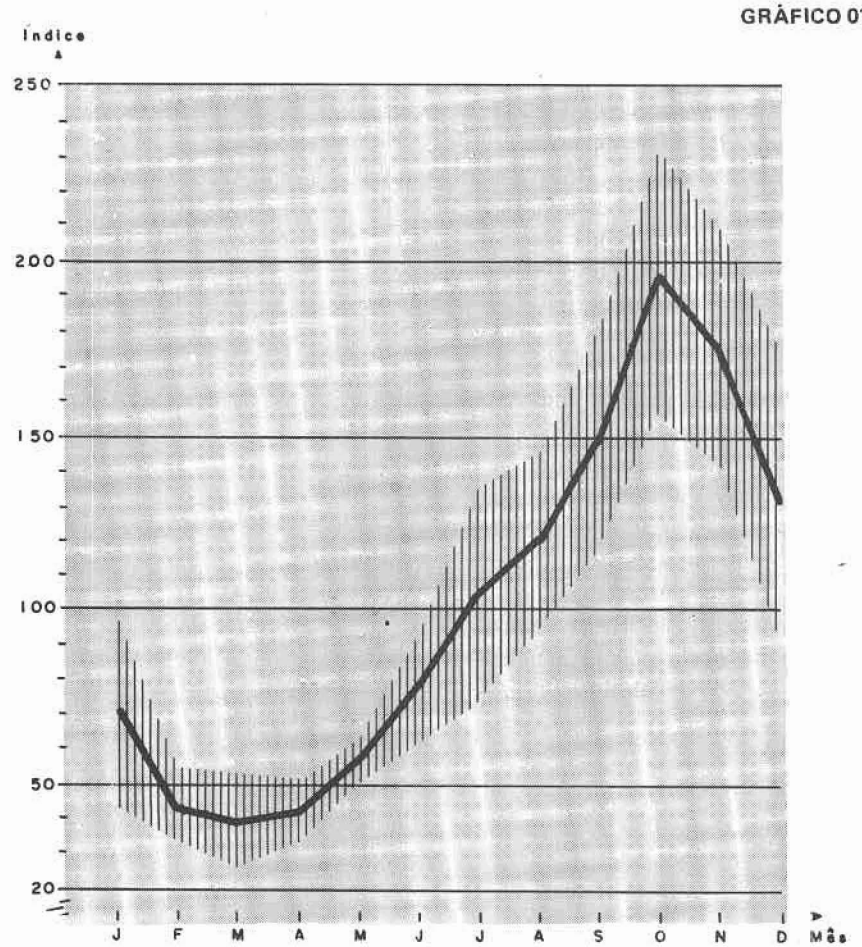
Com relação ao fator preço, é curioso verificar que o **suco concentrado** de limão se vem mantendo cotado no mercado externo em torno de US$ 1,00/kg, há alguns anos. O que mantém o exportador brasileiro preso a este nível de preços são a variação da taxa cambial e as vantagens a eles atribuídas em termos de isenções fiscais.

Em 1985, os preços no mercado interno estiveram cotados por volta de US$ 3,00/kg.

Para o **óleo essencial,** o mercado externo se apresenta mais favorável, em vista das vantagens de que goza o exportador em relação às vendas internas. A cotação no mercado externo em 1985 foi de US$ 15,00/kg. O produto, internamente, apesar de atingir um nível superior de preço, de até US$ 19,00/kg, não permitia a mesma margem de lucro para o setor industrial, se comparado ao preço de venda no mercado externo.

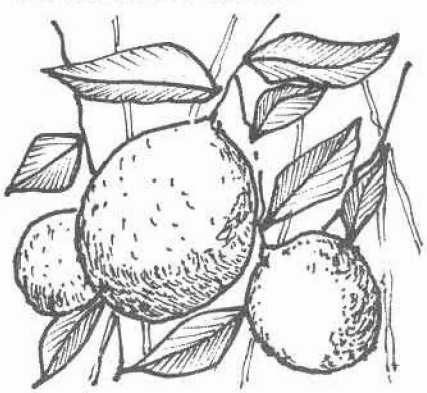
SÃO PAULO – VARIAÇÃO ESTACIONAL DOS PREÇOS DO LIMÃO TAHITI NO MERCADO ATACADISTA – 1964-69

GRÁFICO 01



FONTE – IEA/SP.

Ainda em relação à comercialização de óleos essenciais, segundo fonte da **Abifra (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Essenciais),** a tendência a longo prazo é de um aumento da demanda por parte do mercado externo. Acredita-se mesmo que a China, com a reestruturação no seu modelo de consumo, poderá tornar-se, futuramente, um forte comprador.



HANILDA DOS SANTOS CÉSAR, economista da **Engevix S/A.**

VINHO

O ingresso da Espanha na **Comunidade Econômica Européia** *foi precedido de longas negociações, em que os produtos de origem agrícola mereceram grande destaque. Entre eles, o vinho foi dos que mais dificuldades apresentaram para sua adequação à* **Política Agrícola Comum.**

Possuidora de uma área de vinhedos maior do que a de qualquer outro país do mundo e de uma tradição secular de elaboração de vinhos, que rivaliza com a de seus parceiros da **Comunidade Européia**, a **Espanha** ocupa, atualmente, o quarto lugar na produção mundial e o terceiro entre os exportadores.

Em vista do sucesso que estes números expressam, não surpreende que os vinhos espanhóis estivessem entre os produtos agrícolas **sensíveis**, visados para um tratamento especial, nas difíceis negociações que precederam o ingresso do país na **CEE**.

Como a rápida integração do vinho nos programas da **Política Agrícola Comum (PAC)** da **Comunidade** poderia pôr em risco a integridade dos mercados das outras nações-membros, um período de transição de dez anos será exigido, antes que o segmento vinícola espanhol seja completamente integrado à **PAC**.

A princípio, os vinhos espanhóis serão colocados sob controle de mercado da **Comunidade**, o que inclui um **teto** para sua produção.

O programa de destilação continuará

A **Espanha** produz cerca de 35 milhões de hectolitros de vinho e meio bilhão de kg de uvas de mesa, anualmente. A maior parte da produção é representada por vinhos de mesa comuns, aproximadamente cinco vezes mais do que os 6 milhões de hectolitros de vinhos de origem controlada.

Desde 1979, a **Espanha** tem tido um excesso de vinho comum, o que levou a destilação garantida pelo governo a atingir uma média de 7 milhões de hectolitros por ano. Este programa criou incômodos e custosos estoques de álcool, que têm sido exportados mediante subsídios.

A **Comissão** da **CEE** estabeleceu um limite para a produção espanhola de vinho de mesa e exige a destilação do excedente, até que o limite tenha sido alcançado. Contudo, serão necessários sete anos para alinhar os preços pagos pela destilação aos da **Comunidade**, que são, normalmente, 50% a 60% mais altos do que os da **Espanha**.

A Comunidade visa à redução da área plantada

Em razão da pobreza do solo e da baixa precipitação pluviométrica, além da interdição governamental à irrigação dos vinhedos, o rendimento das plantações espanholas é menos da metade dos da **França** e da **Itália**.

Para reduzir a produção posteriormente, a **Comunidade** está oferecendo incentivos aos fazendeiros espanhóis, para que abandonem 200 mil ha de vinhas, nas duas próximas estações vinícolas.

Embora o país vá participar deste programa restritivo, o governo espanhol está cauteloso quanto à excessiva eliminação dos vinhedos em áreas carentes de alternativas para a produção de vinho, que emprega mão-de-obra de forma intensiva.

Adicionalmente a esta restrição, a **Espanha** prometeu continuar proscrevendo a irrigação das plantações. Simultaneamente, maior atenção será dedicada à melhoria da qualidade dos vinhos, através da renovação dos velhos parreirais e do uso de melhores variedades.

Mudanças na produção são necessárias

O acesso à **CEE** forçará a **Espanha** a promover outras modificações na produção. Por exemplo, a proibição da **Comunidade** à **coupage**, mistura de vinhos brancos e tintos — obrigará a alguma troca de variedades de uvas brancas por uvas tintas.

As exigências da **Comunidade** quanto a conteúdos alcoólicos, máximos e mínimos, forçará a reestruturação da produção tanto de alguns vinhos suaves da costa norte, que têm um teor alcoólico incomumente baixo, devido a condições climáticas, quanto dos vinhos produzidos acima do nível do mar que, habitualmente, têm um teor alcoólico elevado. As áreas afetadas incluirão importantes zonas produtoras, como **Yecla** e **Utiell — Requena**.

As perspectivas das exportações estão sendo dificultadas.

Apesar de o mecanismo complementar do comércio da **Comunidade** permitir uma gradual expansão das transações, as regulamentações da **CEE** estão tendo alguns efeitos negativos nas exportações espanholas de vinhos, especialmente no importante mercado europeu.

Como parte do processo de integração gradual, o desmantelamento das tarifas alfandegárias dos vinhos espanhóis, exportados para outros paí-

ses-membros, ocorrerá em um período de transição de sete anos.

No entanto, exceto nos casos de seu singular vinho **xerez**, e dos vinhos de **Málaga**, exportados para outros países-membros, a **Espanha** não estará apta a ganhar maior parcela do mercado europeu, a despeito dos seus preços mais baixos. Durante o período de transição, a produção do vinho espanhol será regulada para preencher a defasagem entre os preços da **CEE** e da **Espanha**.

Os vinhos espumantes, produzidos pela **Méthode Champenoise** (método champanha), fizeram rápida carreira nos mercados de exportação, freqüentemente ultrapassando a champanha francesa, no lucrativo mercado dos **EUA**.

Contudo, no futuro, pela insistência dos franceses, a referência à produção, pelo **método champanha**, deverá ser suprimida dos rótulos dos vinhos espumantes espanhóis. Por outro lado, a **Comunidade** negou à **Espanha** os direitos exclusivos de rotulação dos vinhos **xerez**, da região espanhola do **Jerez**.

Visa-se ao mercado dos EUA.

Enquanto a **Espanha** aguarda os resultados do período transitório de ingresso, o segmento vinícola está perscrutando o mercado norte-americano, onde deseja estabelecer uma melhor estrutura de distribuição, associada à reputação de qualidade e preço. Com o sucesso da introdução dos vinhos espumantes nos **EUA**, a **Espanha** tem esperança de igualar este êxito com os seus vinhos tintos.

Diego Peres de Ascanio *e* **Edmund L. Nichols** , *publicado em* **Foreign Agriculture**, *do* **USDA**, *em julho de 1986. Tradução de* **Fernando Roberto de Freitas Almeida**, *economista do* **Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV**.

QUADRO 17 – VINHO – PRODUÇÃO MUNDIAL – 1981 A 1984 – 1.000 t

DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	1983	1984
África	1.149	1.166	1.240	1.245
África do Sul	707	895	917	896
Argélia	267	151	188	215
Egito	2	2	2[1]	2[1]
Madagascar	14	16	16[1]	17[1]
Marrocos	84	35	42	45[1]
Tunísia	75	67	75	70[1]
América do Norte	1.741	2.059	1.597	1.737
Canadá	46	46	53[1]	55[1]
EUA	1.630	1.950	1.480	1.620
México	65	62[1]	64[1]	63[1]
América do Sul	3.119	3.485	3.590	2.896
Argentina	2.163	2.498	740[1]	2.000[1]
Bolívia	2	2	1[1]	1[1]
Brasil[1]	270	275	259	273
Chile	572[1]	610[1]	500	520[1]
Paraguai[1]	7	8	8	8
Peru	8	8	8	8
Uruguai	97	84	75	86
Ásia	216	246	242	253
China	45	47[1]	50[1]	58[1]
Chipre	42	58	61	56[1]
Israel[1]	32	33	33	33[1]
Japão[1]	30	31	32	33[1]
Líbano	5	5	5[1]	4[1]
Macau[1]	2	3	3	3
Síria[1]	26	31	23	30[1]
Turquia	34	39[1]	36[1]	37[1]
Europa	21.492	26.442	24.526	22.369
Albânia[1]	21	21	22	23
Alemanha Federal	748	1.613	1.339	810
Áustria	209	491	370	252
Bélgica-Luxemburgo	10	26	16[1]	16[1]
Bulgária	486	574	455	510[1]
Espanha	3.367	3.743	3.051	3.554
Finlândia[1]	7	6	6	6
França	5.855	7.995	6.880	6.447[1]
Grécia	524	500[1]	560	540[1]
Hungria	390	678	628	535[1]
Itália	7.056	7.265	8.220	7.000
Iugoslávia	689	858	788	750
Malta[1]	1	2	2	2[1]
Portugal	905	1.000	820	730
Romênia	995	1.307	949	920[1]
Suíça	85	184	161	118
Tchecoslováquia	143	180[1]	220[1]	156
Oceania	419	450	398	458
Austrália	374	403	340[1]	400[1]
Nova Zelândia	44	47	58	58[1]
URSS	3.440	3.490	3.510	3.800[1]
Mundo	31.756	37.336	35.103	32.759

FONTE – FAO – Production Yearbook – 1983 e 1984.
[1] Estimativa.

PREÇOS DAS TERRAS, SALÁRIOS E SERVIÇOS NO MEIO RURAL

Registrou-se grande majoração dos preços das terras, em razão dos aumentos reais das cotações de alguns produtos e do anúncio do **Plano Nacional de Reforma Agrária.** *Os salários rurais também se elevaram, com incrementos maiores do que o do salário mínimo urbano.*

Nos Cuadros 18 a 20 estão os resultados da apuração dos dados referentes ao segundo semestre de 1985, que são os mais recentes, levantados pelo **Centro de Estudos Agrícolas**, do **Instituto Brasileiro de Economia**, da **Fundação Getúlio Vargas.**

No transcorrer do ano de 1985, apesar da exacerbação dos problemas agrários, os preços dos aluguéis e vendas de terras, trabalho e serviços (exceto transportes) no Setor Agrícola, expandiram-se além dos índices de inflação. Isso se deveu à melhoria das cotações dos produtos agropecuários verificada no segundo semestre, ao excelente comportamento das safras e ao ambiente de recuperação da economia como um todo.

Comparando-se dezembro de 1985 com o mesmo mês do ano anterior, na média nacional, os arrendamentos foram reajustados em 267% nas lavouras, 264% nas explorações animais e 284% na estada ou engorda de animais. Nas vendas de terras, as para lavouras ficaram 292% mais caras, as de campos 294% e as para pastagens, 282%. O salário rural registrou alta entre 271% (empregado mensalista) e 296% (diarista). Quanto aos serviços, os preços subiram 253% e 293%, respectivamente, nas empreitadas de trator e tração animal e 227%, no transporte de caminhão.

Naquele período, o **IGP-DI** evoluiu 235%, o **IPCA** 234% e os preços recebidos pelos agricultores, 285%. O salário mínimo urbano, por seu turno, foi corrigido em 260%, entre novembro de 1984-85 e semelhante variação registrou o **Índice Nacional do Custo da Construção Civil.**

Arrendamentos e Vendas de Terras

A valorização das terras espelhou, em boa parte, os aumentos reais de preços do arroz, café e boi gordo, que se verificaram ao longo da segunda metade daquele ano de 1985. Outra influência a ser considerada foi exercida pelo **Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).** Recorde-se que, em conseqüência das inevitáveis polêmicas que causou, o **PNRA** proposto pelo **Mirad,** em maio de 1985, sofreu algumas revisões, sendo finalmente decretado no mês de outubro seguinte. Durante este intervalo e após a sua aprovação, o **PNRA** foi responsável pela redução na oferta de terras. Em outras palavras, a reação à Reforma Agrária, por parte dos proprietários, fez com que muitos contratos de arrendamentos fossem rescindidos e/ou não renovados, particularmente com os pequenos proprietários e parceiros. Por outro lado, pelo mesmo motivo, os proprietários aumentaram as áreas de lavouras ou de pastagens, utilizando suas terras ociosas. Cabe ainda lembrar que, diferentemente de sua versão original, o **PNRA** desaconselha as desapropriações nas áreas, mesmo prioritárias, que sejam exploradas em regime de arrendamento ou parceria, o que certamente motivou os proprietários a se socorrerem de parentes e/ou amigos para ocuparem suas terras.

De qualquer modo, surpreende a majoração dos preços das terras em uma conjuntura fundiária de muita turbulência, agravada pelas incertezas quanto ao futuro da política agrícola. Sem dúvida, a procura de terras por motivos especulativos ou para reserva de valor foi desestimulada, em 1985, quando, então, revelaram-se muito mais seguras e atraentes as aplicações no mercado financeiro.

Segundo as unidades da **Federação,** o movimento dos preços foi heterogêneo, registrando-se até mesmo queda real nos valores médios dos arrendamentos para lavouras no Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, fato que pode ser atribuído às cotações desfavoráveis da soja. Aliás, nota-se que as terras gaúchas depreciaram-se, de maneira geral. Aviltaram-se, também, os aluguéis para estada ou engorda de animais em Santa Catarina e em quase toda a região nordestina. Já nos outros estados, os arrendamentos, assim como os preços de venda de terras, evoluíram além do ritmo da inflação, principalmente no Maranhão e Espírito Santo.

Em dezembro de 1985, sobressaíram-se como mais caros os contratos de arrendamentos de terras para lavouras no Paraná (Cr$ 1,128 milhão/ha/ano) e em Santa Catarina (Cr$ 1,035 milhão/ha/ano). Esses aluguéis significaram, respectivamente, 6% e 15%, em relação aos preços das terras para igual finalidade, nos referidos estados, fato que reflete as dife-

QUADRO 18 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS E VENDAS DE TERRAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1985 (em Cr$)

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRENDAMENTO DE TERRA (Cr$/ha/ano)			VENDA DE TERRA (Cr$/ha)			
	Lavoura	Exploração animal	Engorda ou estada de animal[1]	Lavoura	Campo	Pastagem	Mata
Região Norte	246.419	192.500	27.708	1.603.438	238.874	1.216.157	433.630
Rondônia	...	192.500	18.125	3.157.500	1.155.000	2.742.857	1.044.444
Acre	...	...	30.000	...	...	...	...
Amazonas	...	...	30.000	1.741.666	...	979.273	346.612
Roraima	540.000	...	19.167	700.000	100.000	781.250	160.000
Pará	246.301	...	22.500	1.368.869	257.150	1.361.063	380.484
Amapá	...	...	...	...	...	...	...
Região Nordeste	380.130	250.221	29.860	2.420.430	1.220.847	2.014.723	1.130.439
Maranhão	320.538	210.903	17.810	656.104	285.614	629.915	332.631
Piauí	327.801	222.156	18.125	556.164	203.099	535.427	252.594
Ceará	261.214	147.401	26.750	1.260.756	614.251	599.595	627.017
R. G. do Norte	221.338	115.633	14.708	1.545.782	714.530	774.983	644.490
Paraíba	352.936	227.091	24.222	2.408.581	1.449.829	1.776.632	1.513.606
Pernambuco	618.595	458.294	33.760	4.055.164	1.714.707	2.350.568	1.662.349
Alagoas	344.691	510.999	40.000	4.399.018	2.723.111	3.654.009	3.463.683
Sergipe	447.570	363.581	37.250	4.937.370	1.855.116	3.996.727	2.440.189
Bahia	503.571	418.822	35.468	3.228.492	1.951.671	3.583.040	1.861.613
Região Sudeste	658.119	345.366	31.083	10.808.687	4.698.139	6.610.730	8.262.128
Minas Gerais	588.577	300.222	32.087	8.103.423	3.259.273	5.354.074	4.635.353
Espírito Santo	924.362	289.003	27.855	10.581.509	6.545.604	7.968.788	7.729.538
Rio de Janeiro	777.201	345.542	32.047	9.140.559	4.884.785	5.865.205	4.737.924
São Paulo	664.000	480.000	29.000	13.091.000	8.105.000	9.764.000	15.024.000
Região Sul	988.022	243.149	16.444	13.139.391	5.445.144	6.490.308	7.379.691
Paraná	1.128.426	510.308	27.285	19.318.163	9.164.966	11.224.050	10.613.292
Santa Catarina	1.034.956	345.463	22.222	6.729.121	4.106.835	4.473.900	5.039.720
Rio Grande do Sul	644.715	155.613	16.031	8.997.553	4.524.583	5.371.664	5.242.549
Região Centro-Oeste	735.336	369.492	30.885	5.789.037	2.361.106	4.059.207	2.552.117
Mato Grosso do Sul	867.536	320.571	28.326	9.044.242	3.233.588	5.089.287	4.488.756
Mato Grosso	633.388	333.555	25.557	3.405.034	1.280.397	2.634.839	1.707.943
Goiás	607.322	412.581	32.304	5.195.324	1.986.627	3.676.689	2.040.189
Distrito Federal	...	...	...	...	...	...	...
Brasil	541.988	293.165	26.037	8.505.255	3.217.230	4.698.193	3.095.272

FONTE – Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.

[1] **Cr$/cabeça/mês.**

rentes estruturas produtiva e fundiária, além de outros fatores. Acrescente-se que, nas lavouras paranaenses, a prática dos arrendamentos é relativamente mais difundida.

Ainda no tocante aos aluguéis de terras para lavouras, naquele mês, os mais baratos foram encontrados no Rio Grande do Norte (Cr$ 221 mil/ha/ano), onde, sabe-se, predominam os negócios destinados ao plantio do algodão. Neste estado, igualmente, classificaram-se no extremo inferior os preços dos arrendamentos para explorações animais (Cr$ 115 mil/ha/ano) e os para estada ou engorda de animais (Cr$ 14 mil/cabeça/mês). Os preços mais altos verificaram-se em Alagoas (Cr$ 511 mil /ha/ano e Cr$ 40 mil/cabeça/mês).

No mercado de vendas de terras, os maiores preços foram praticados no Paraná e os menores em Roraima, Maranhão e Piauí, sendo que nesta última unidade, no final do ano passado, o ha de terras para lavouras custava, em média, Cr$ 556 mil, isto é, 35 vezes menos que o das terras paranaenses para o mesmo uso (Cr$ 19,32 milhões). Nas áreas de pastagens desses dois estados, registraram-se preços respectivos de Cr$ 535 mil/ha e Cr$ 11,224 milhões/ha. Já nas terras de campos, 92 ha em Roraima correspondiam, em preço, a somente 1 hectare no Paraná.

Durante o ano de 1985, a remuneração da mão-de-obra rural subiu mais do que o salário mínimo urbano e, mais ainda, do que os preços em geral, conforme foi visto. Na média, acompanhou a evolução dos preços recebidos pelos agricultores. É bem de ver que, no biênio 1983-84, o nível dos salários, em termos reais, acusou acentuado declínio e aquela recuperação não foi capaz de repor as perdas. Desse modo, o poder de compra do empregado mensalista, em dezembro de 1985, ficou 19% aquém do registrado no mesmo mês de 1982. A diária reduziu-se 13%.

A evolução dos salários rurais, em 1985, foi induzida pelos reajustamentos do salário mínimo urbano e pelos movimentos reivindicatórios (alguns foram bem sucedidos) dos trabalhadores volantes. Igualmente positivo foi o impacto provocado pelo crescimento das oportunidades de emprego no mercado de trabalho urbano.

Intensificaram-se, todavia, os desequilíbrios na área agrícola, de forma que se ampliou o desemprego sazonal. Recorde-se que o notável desempenho das lavouras fez com que a procura de mão-de-obra crescesse bastante no primeiro semestre daquele ano. Finalizadas as principais colheitas, os trabalhadores e, particularmente, os chamados **bóias-frias**, encontraram muitas dificuldades para manterem-se no emprego, tendo em vista a longa estiagem que castigou o Centro-Sul do país. É nesta região que o trabalhador volante tem maior importância relativa.

Nas diversas unidades da **Federação** registraram-se sensíveis desigualdades nos incrementos dos salários rurais. A mão-de-obra qualificada obteve elevados reajustes no Norte, em razão de sua escassez relativa. No período compreendido entre os meses de dezembro de 1984 e dezembro de 1985, a remuneração média do administrador cresceu de um mínimo de 236%, no Rio Grande do Norte a um máximo de 420%, no Amazonas. Os capatazes ganharam mais 241%, na Paraíba e 337%, em Roraima. Aí, o salário do tratorista ascendeu 374% (no Piauí, 238%).

Cuanto à mão-de-obra não-qualificada, os empregados mensalistas obtiveram reajustamentos entre 261%, em Mato Grosso do Sul e 229%, no Espírito Santo e os diaristas, entre 255%, no Rio Grande do Sul e 361%, no Piauí.

Como se vê, os salários agrícolas tiveram majorações favoráveis, comparativamente aos índices de inflação, porém seus níveis persistiram muito baixos e perigosamente próximos do limite da sobrevivência. Em fins de 1985, na média nacional, o administrador recebeu Cr$ 1.199.000 e o empregado mensalista Cr$ 591 mil (um salário urbano era igual a Cr$ 600 mil). Por outro lado, a diária (a seco) situou-se, na média, em

QUADRO 19 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – PREÇOS MÉDIOS DE SALÁRIOS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1985 (em Cr$)

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO (Cr$/mês)				
	Administrador	Capataz	Tratorista	Trabalhador permanente	Trabalhador eventual[2]
Região Norte	1.466.957	911.773	1.273.217	629.274	23.381
Rondônia	2.128.571	1.385.714	1.380.000	756.250	35.000
Acre	...	...	...	...	...
Amazonas	1.536.301	1.018.756	1.100.013	617.340	28.542
Roraima	1.875.000	1.171.429	1.066.667	595.833	31.875
Pará	1.383.160	825.186	1.297.772	628.298	22.325
Amapá	...	...	...	...	...
Região Nordeste	841.813	602.913	808.158	539.516	18.903
Maranhão	949.241	664.208	776.192	483.664	19.325
Piauí	801.635	540.083	644.939	448.772	17.618
Ceará	673.029	435.884	611.924	385.417	14.619
R. G. do Norte	644.278	547.331	650.304	451.771	17.032
Paraíba	617.291	453.849	564.148	362.604	16.003
Pernambuco	925.213	635.806	985.467	635.996	20.666
Alagoas	851.707	599.952	759.360	564.405	21.818
Sergipe	797.608	599.109	694.233	475.446	20.873
Bahia	939.072	696.622	903.062	561.983	21.232
Região Sudeste	1.234.968	842.036	843.559	605.773	23.462
Minas Gerais	1.159.517	836.843	882.459	569.335	22.220
Espírito Santo	1.211.156	881.089	964.249	604.406	24.918
Rio de Janeiro	1.397.888	890.476	880.265	610.322	20.286
São Paulo	1.265.000	829.000	832.000	629.000	26.000
Região Sul	1.690.086	1.032.497	880.719	625.105	27.389
Paraná	1.413.634	907.804	811.382	610.151	26.720
Santa Catarina	1.609.854	1.052.288	1.029.228	645.535	28.472
Rio Grande do Sul	2.040.922	1.171.459	893.943	648.223	28.278
Região Centro-Oeste	1.567.845	960.789	848.245	586.107	26.642
Mato Grosso do Sul	1.809.226	1.139.790	809.828	572.050	29.641
Mato Grosso	2.234.331	1.229.531	988.405	661.772	31.381
Goiás	1.326.807	830.753	855.003	581.341	25.191
Distrito Federal	...	...	...	...	...
Brasil	1.199.361	794.521	856.075	591.416	22.254

FONTE – Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.

[2] Cr$/dia a seco.

Cr$ 22 mil (apenas Cr$ 14 mil, no Ceará). Nas regiões Sul e Sudeste, variou de Cr$ 20 mil, no Rio de Janeiro a Cr$ 28 mil, em Santa Catarina. Nesta ocasião, uma empregada doméstica, na cidade do Rio de Janeiro, auferia cerca de Cr$ 40 mil, asseguradas suas refeições, para trabalhar no máximo oito horas. Vale dizer que a jornada do **bóia-fria** gira em torno de dez horas e são muito mais pesadas as suas condições de trabalho.

Serviços

Os preços dos serviços de empreitadas de tratores acusaram acréscimos relativamente mais altos, no Nordeste e os de tração animal, no Centro-Oeste. Em dezembro de 1985, na média brasileira, a tração animal custava Cr$ 174 mil/ha, sendo 31% mais barata do que o mesmo serviço realizado por tratores (os maiores diferenciais situaram-se nas regiões Norte e Nordeste). Como de costume, os preços dessas tarefas refletiram, nos estados, as diferentes situações da procura e da oferta.

No que concerne ao transporte de caminhão, seus preços evoluíram aquém da inflação, em que pese as excelentes safras. Em 1985, de fato, o óleo **Diesel** recebeu reajustes inferiores à evolução dos preços em geral. No final do ano, o custo do transporte (t/km) oscilou entre os extremos de Cr$ 1.467 (Mato Grosso) e Cr$2.894 (Rio de Janeiro).

QUADRO 20 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – PREÇOS MÉDIOS DE SERVIÇOS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1985 (em Cr$)

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	EMPREITADA (Cr$/ha)		TRANSPORTE (Cr$/t/km)	
	Trator	Tração animal	Caminhão	Fluvial
Região Norte	289.189	163.750	2.318	1.200
Rondônia	367.500	163.750	2.713	...
Acre	...	...	...	...
Amazonas	...	...	...	...
Roraima	225.000	...	881	...
Pará	285.177	...	2.400	1.200
Amapá	...	...	...	...
Região Nordeste	228.123	128.413	2.233	1.492
Maranhão	245.619	169.611	2.946	1.779
Piauí	217.100	126.878	2.123	...
Ceará	220.396	87.584	2.332	1.250
R. G. do Norte	104.579	72.300	1.674	...
Paraíba	275.627	109.168	2.049	...
Pernambuco	233.504	133.450	2.113	...
Alagoas	277.706	163.970	2.380	...
Sergipe	217.877	154.600	1.609	...
Bahia	220.004	138.152	2.429	1.448
Região Sudeste	265.268	200.266	1.888	799
Minas Gerais	224.008	165.248	1.117	799
Espírito Santo	298.396	243.714	1.878	...
Rio de Janeiro	264.669	252.100	2.894	...
São Paulo	271.000	140.000	...	...
Região Sul	234.063	200.748	2.194	748
Paraná	276.939	178.973	2.222	745
Santa Catarina	302.509	222.524	1.997	750
Rio Grande do Sul	203.725	...	2.263	...
Região Centro-Oeste	276.786	180.081	1.791	...
Mato Grosso do Sul	325.920	181.218	1.467	...
Mato Grosso	276.721	181.302	2.520	...
Goiás	244.111	177.724	1.784	...
Distrito Federal	...	...	...	...
Brasil	252.288	174.652	2.086	1.060

FONTE – Centro de Estudos Agrícolas, IBRE/FGV.

A pesquisa de preços de **vendas de terras, arrendamentos, salários e serviços** na área rural foi iniciada em 1966 e seus resultados vêm sendo divulgados pelo **Centro de Estudos Agrícolas**, em diversas publicações como, por exemplo: a) "Agropecuária – Preços Médios de Arrendamentos, Vendas de Terras, Salários, Empreitadas e Transportes, Revisão e Atualização da Série 1966-1984" – FGV/IBRE/CEA, junho de 1985 e b) "Preços das Terras, Salários e Serviços no Setor Agrícola", Conjuntura Econômica, volume 39, nº 11, novembro de 1985).

Esses preços são apurados no fim de cada semestre, segundo os municípios e retratam situações concretas, sem levar em consideração esperanças de realizações de contratos ou valores sabidamente declarados com o propósito de cumprir determinações legais.

A coleta abrange aproximadamente três mil municípios e está sendo assegurada pelos extensionistas das entidades vinculadas à **Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater)** e, na Bahia, na área de sua atuação, pelos técnicos da **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac)**. Os dados de São Paulo são fornecidos pelo **Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura do Estado.**

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

ABASTECIMENTO

A **Resolução Cinab nº 006**, de 11/06/86, do **Conselho Interministerial de Abastecimento**, determina a alienação dos estoques remanescentes de arroz da primeira fase da importação, autorizada pelo voto nº 404/85, do **Conselho Monetário Nacional**, encarregando a **Cobal** de gerir as vendas assim autorizadas e fixando em Cz$ 2,92/kg seu preço mínimo.

A **Resolução Cinab nº 007**, de 11/06/86, determina liberar, para a iniciativa privada, a compra de 10 mil t das 12 mil t de alho, cuja importação foi autorizada pelo **Conselho de Política Aduaneira**. As internações deverão ser distribuídas nos meses de junho (4 mil t) julho (3,5 mil t) e agosto (2,5 mil t) reservando-se, a cada mês, 20% do total autorizado para novas empresas, visando-se com isso aumentar a concorrência (**Diário Oficial da União**, de 25/06/86).

A **Resolução Cinab nº 10**, de 25/06/86, libera importações de carne bovina, pela iniciativa privada, para a venda a varejo, sem data limite para internação e, quanto à procedência, excluem-se apenas os países-membros da **CEE**. Estas importações estão isentas de **Imposto de Importação** e **IOF**; em relação ao **ICM**, mantem-se o esquema de pagamento do imposto presumido (**Diário Oficial da União**, de 04/07/86).

A **Portaria nº 42**, de 03/07/86, da **Superintendência Nacional do Abastecimento**, assegura ao comércio varejista margem mínima de comercialização de 15%, calculada sobre o preço máximo de tabela ao consumidor dos queijos **mozarela, parmesão, prato** e **minas**. Desta forma, segundo a **Portaria**, o preço máximo de venda pelos fabricantes, atacadistas ou distribuidores, ao varejista, será equivalente ao preço da tabela, no nível do consumidor, multiplicado por 0,85 (**Diário Oficial da União**, de 08/07/85).

BATATA-INGLESA

A **Portaria nº 30**, de 1º/07/86, da **Secretaria Nacional da Produção Agropecuária**, do **Ministério da Agricultura**, fixa as quotas de importação de batata semente para plantio na safra 1986/87, no total de 110 mil caixas, assim distribuídas: Santa Catarina, 51 mil caixas; Paraná 14 mil caixas; São Paulo, 20 mil caixas e Minas Gerais, 25 mil caixas. A **Portaria** estabelece, ainda, um limite máximo adicional de 500 mil caixas de batata semente, para importação por país, com fins de promoção comercial, que não poderão, entretanto, ser incluídas nos projetos técnicos de certificação (**Diário Oficial da União**, de 08/07/86).

BOVINOS

A **Portaria nº 268**, de 11/06/86, do **Ministério da Agricultura**, faculta o registro de produtos contendo substâncias naturais ou artificiais, de natureza hormonal ou não, destinados ao aumento do ganho de peso em bovinos, à pesquisa e às finalidades terapêuticas. A mesma **Portaria** proíbe a formulação e o emprego de produtos à base de **Estilbenes** para fins anabolizantes e/ou uso terapêutico, dada a comprovada atividade carcinogênica, teratogênica e mutagênica da substância (**Diário Oficial da União**, de 13/06/86).

A **Portaria nº 321**, de 08/07/86, do **Ministério da Agricultura**, susta a vigência da **Portaria 268/86**, até o seu reexame à luz do relatório elaborado por **Comissão Especial**, composta por representantes da **Secretaria Nacional da Defesa Agropecuária**, dos **Ministérios da Agricultura** e da **Saúde**, do **Conselho Federal de Medicina** do **Conselho Federal de Medicina Veterinária**, do **Sindicato Nacional dos Defensivos Animais**, da **Associação Brasileira da Indústria da Alimentação**, da **Comissão Nacional da Pecuária de Corte**, da **Sociedade Rural Brasileira**, da **Associação Brasileira de Criadores de Zebu**, do **Sindicato Nacional dos Pecuaristas de Gado de Corte** e da **Embrapa**. A **Comissão** tem prazo de 120 dias para apresentar o relatório.

A criação da **Comissão** e a sustação da **Portaria 268/86** levam em consideração críticas de setores técnicos e empresariais quanto ao uso dos produtos anabolizantes, dadas as dúvidas sobre seus possíveis efeitos maléficos sobre a saúde humana (**Diário Oficial da União**, de 09/07/86).

CAFÉ

A **Resolução nº 44/86,** de 03/06/86, do **IBC,** fixa em 80 mil sacas de café solúvel o quantitativo adicional que, somado ao saldo existente em 04/06, comporá o contingente disponível para registro e embarque no mês de junho de 1986.

A **Resolução nº 45/86,** de 04/06/86, do **IBC,** suspende, obrigatoriamente, da retenção definitiva determinada em abril (ver **Agroanalysis,** volume 10, nº 4, abril de 1986) o equivalente a 10% para os embarques em maio e 15% para os registros efetuados para embarque em junho. A **Resolução** altera, também, a proporção relativa à retenção reversível, que passa a ser de uma saca retida para cada saca registrada e altera o prazo de retenção de sessenta para noventa dias. Quanto às parcelas relativas às retenções definitivas e reversíveis, cujos embarques já foram realizados, serão liberadas sessenta dias após o embarque.

A **Resolução nº 46/86,** de 04/06/86, do **IBC,** permite redução nos preços das exportações de café verde de variedade **arábica** registradas entre 02/06 e 13/06, desde que as vendas sejam destinadas a torrefadores que tenham contrato de suprimento firmado com o **IBC** e seu desempenho de compras se tenha processado conforme disposições contratuais e regras complementares. A permissão se aplicará a compras de até 8% do compromisso anual e as reduções admitidas serão de US$ 0,5282/libra para os cafés do **grupo I** embarcados pelo porto de **Santos** e US$ 0,5292/libra, se embarcados por outros portos e de US$ 0,2675/libra para os cafés do **grupo II.**

A **Resolução nº 47/86,** de 24/06/86, do **IBC,** abre registros para exportações de café verde em grão, ou torrado e moído, descafeinado ou não, para embarque no trimestre julho/setembro nos seguintes quantitativos: embarques efetuados em julho, 550 mil sacas de **arábica** e 150 mil sacas de **Conillon ;** em agosto, 240 mil sacas de **arábica** e 60 mil sacas de **Conillon** e em setembro, 160 mil sacas de **arábica** e 40 mil sacas de **Conillon.** Os preços mínimos de registro serão informados diariamente e a alíquota do **Imposto de Exportação** incidente sobre as operações será de 5%.

A **Resolução nº 48/86,** de 24/06/86, do **IBC,** abre registros para exportações de 10 mil sacas de café solúvel a serem embarcadas, no mês de julho, aos preços mínimos de US$ 5/libra-peso para aqueles de qualidade **spray dried** e extrato líquido e US$ 7/libra-peso para os **freeze-dried.**

A **Resolução nº 49/86,** de 24/06/86, do **IBC,** permite redução de US$ 2/libra-peso nos preços mínimos de registro nas vendas relativas a café solúvel ou extrato líquido registrados no **IBC,** a partir de 25/06/86.

A **Resolução nº 50/86,** de 24/06/86, do **IBC,** estabelece, nas vendas registradas para embarque no trimestre julho/setembro, retenção reversível de uma saca para cada saca que tiver seu registro de venda solicitado pelo exportador, devendo ser ambas (a saca retida e aquela exportada) da mesma variedade e do **tipo 7/8 para melhor.** O prazo da retenção é de noventa dias, contados a partir do embarque do café cuja declaração de venda tiver dado origem à retenção, e o exportador terá prazo de 48 horas a partir da data do registro para efetuar a retenção. No caso de declarações de venda cujos registros forem cancelados, à opção ou não do exportador, a devolução do quantitativo retido ocorrerá noventa dias após o último dia do mês declarado para o embarque.

CRÉDITO RURAL

A **Resolução nº 1137,** de 05/06/86, do **Banco Central do Brasil,** estabelece o parcelamento dos pagamentos relativos a **Aquisições do Governo Federal,** na modalidade **AGF direta,** em operações com algodão, arroz, milho e soja na safra 1985/86, da região Centro-Sul e da safra 1986 do Norte-Nordeste, que excederam o valor de Cz$ 125 mil. Os valores que extrapolarem o citado limite serão parcelados em quatro partes iguais, com o primeiro pagamento em trinta dias. Os beneficiários/vendedores poderão negociar as promissórias representativas das parcelas junto à agência operadora, a taxa de juros equivalente à estabelecida para o crédito rural. No caso de existirem débitos de custeio, seu vencimento será ajustado ao vencimento das promissórias relativas à **AGF,** mantida a taxa de juros estabelecida para o custeio do produto. **(Diário Oficial da União,** de 06/06/86).

INSUMOS

A **Resolução Cip nº 182,** de 03/07/86, do **Conselho Interministerial de Preços** aprova tabela suplementar à constante na **Resolução Cip nº 181,** de 29/05/86 (ver **Agroanalysis,** volume 10, nº 6, junho de 1986) relativamente a preços nacionais máximos ao consumidor para fertilizantes mistos **N-P-K.**

A **Resolução Cip nº 183,** de 03/07/86, publica tabela relativa aos preços máximos nacionais de revenda para defensivos agrícolas. Os preços englobam frete, despesas e armazenagem, desde o centro produtor até o estabelecimento rural consumidor.

A **Resolução Cip nº 184,** de 03/07/86, publica tabela com preços máximos **FOB**/fábrica e produtor rural **ex-fretes** para defensivos agrícolas.

A **Resolução Cip nº 185,** de 03/07/86, publica tabela convertendo para cruzados, com valores deflacionados, os preços máximos ao consumidor dos produtos farmacêuticos da linha veterinária, constantes da **Portaria nº 040,** de 30/12/85. Os produtos

da linha veterinária que não constarem da tabela não poderão ser comercializados, enquanto sua situação não for regularizada junto ao **Cip (Diário Oficial da União,** de 04/07/86).

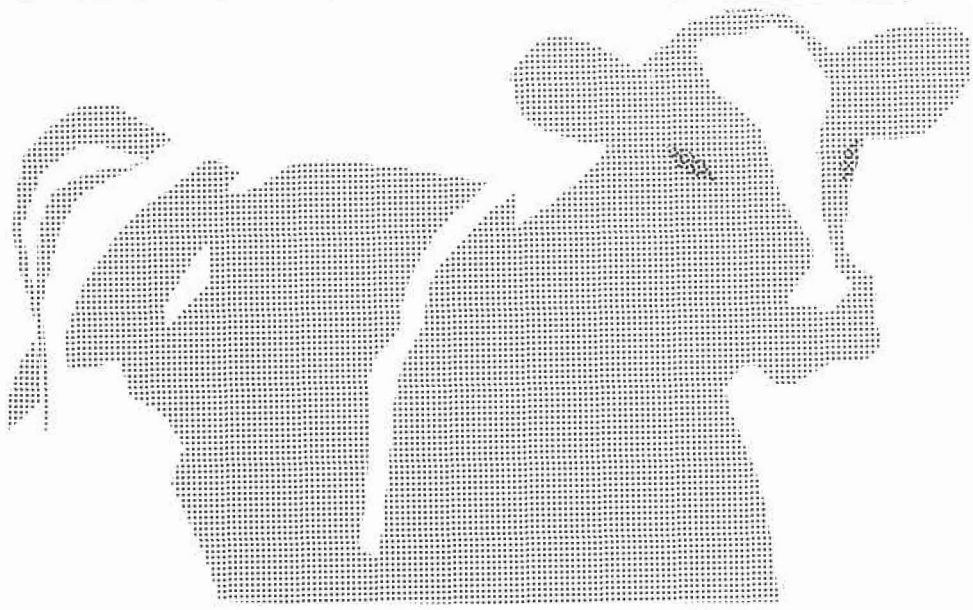
IRRIGAÇÃO

A **Portaria nº 609,** de 26/06/86, da **Sudene,** revoga a **Portaria nº 563,** de 04/02/86 (ver **Agroanalysis,** volume 10, nº 2, fevereiro de 1986), dispondo sobre a utilização dos recursos do **Programa Finor — Alimentos.** A nova **Portaria** mantém as principais disposições da anterior, no que se refere à prioridade concedida aos projetos enquadrados no **Programa** e à definição de produtos. As principais modificações são: redução da superfície irrigada útil para os projetos médios (que passam do intervalo de 25 a 200 ha para o de 25 a 100 ha) e grandes (que passam a ser aqueles maiores de 100 ha) e a imposição de um limite máximo de 200 mil **OTN** para a participação dos recursos do **Finor Alimentos** em cada **Projeto (Diário Oficial da União,** de 08/07/86).

LEITE

As **Portarias nº 43** e **44/86,** de 07/07/86, da **Sunab,** estabelecem os novos preços do leite, nos níveis do produtor e do consumidor, bem como definem uma série de normas relativas à comercialização do produto **(Diário Oficial da União,** de 08/07/86).

O preço mínimo de compra do litro de leite-quota entregue pelo produtor, na plataforma dos estabelecimentos de laticínios, e destinado ao consumo humano será de Cz$ 2,65 nos estados de Pernambuco e Alagoas; Cz$ 2,45, em Sergipe e Eahia (exceto em alguns municípios citados na **Portaria)** e Cz$ 2,31 no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. O litro de leite **extra-quota** terá preço de Cz$ 1,73 e aquele destinado à industrialização, Cz$ 2,20 em todos os estados mencionados.



A **Lei nº 7.502,** de 02/07/86, do **Poder Legislativo,** autoriza o **Poder Executivo** a instituir programa de apoio à produção nacional de leite, mediante concessão de subvenção aos produtores. Para fazer face a estas despesas, a lei autoriza o **Poder Executivo** a abrir crédito especial até o limite de Cz$ 1,5 bilhão. Os efeitos da lei retroagem a 1º /06/86 **(Diário Oficial da União,** de 03/07/86).

O preço máximo de venda ao consumidor do litro de leite pasteurizado, envasado mecanicamente em embalagens inviolaveis será de Cz$ 2,84 (PE, AL), Cz$ 2,69 (BA, SE), Cz$ 2,81 (ES, RJ, MG, GO, MT e DF, já incluído o **ICM)** e Cz$ 2,58 (RS, PR, SC, SP, MG, podendo ser acrescido o valor do **ICM).**

Nos demais estados, vigorarão os seguintes preços mínimos de compra do litro entregue pelo produtor, na plataforma dos estabelecimentos de laticínios: Cz$ 2,95/l (PB); Cz$ 3,20/l (RN); Cz$ 3,07/l (CE); Cz$ 3,70/l (PI); Cz$ 3,10/l (MA); Cz$ 3,05/l (AC); Cz$ 2,65/l (RO) e Cz$ 5,20/l (RR).

Os preços máximos de venda ao consumidor do litro de leite serão Cz$ 3,50 (PB, RN, CE, RO), Cz$ 3,55 (AC), Cz$ 3,85 (MA), Cz$ 4,30 (PI) e Cz$ 5,10 (RR). Todos estes preços se referem ao leite **tipo C (Diário Oficial da União,** de 08/07/86).

MILHO

A **Lei nº 7.512,** de 07/06/86, do **Poder Legislativo** institui o **Programa Nacional do Milho — Promilho** — com o objetivo de aumentar a produção do cereal em todo o país, estimular seu consumo em substituição ao trigo e implantar e ampliar indústrias que se utilizem do cereal e seus produtos, principalmente para o consumo humano. Caberá ao **Ministério da Agricultura** a administração do programa, sendo dado, ao **Poder Executivo,** o prazo de sessenta dias para regulamentar a lei **(Diário Oficial da União,** de 08/07/86).

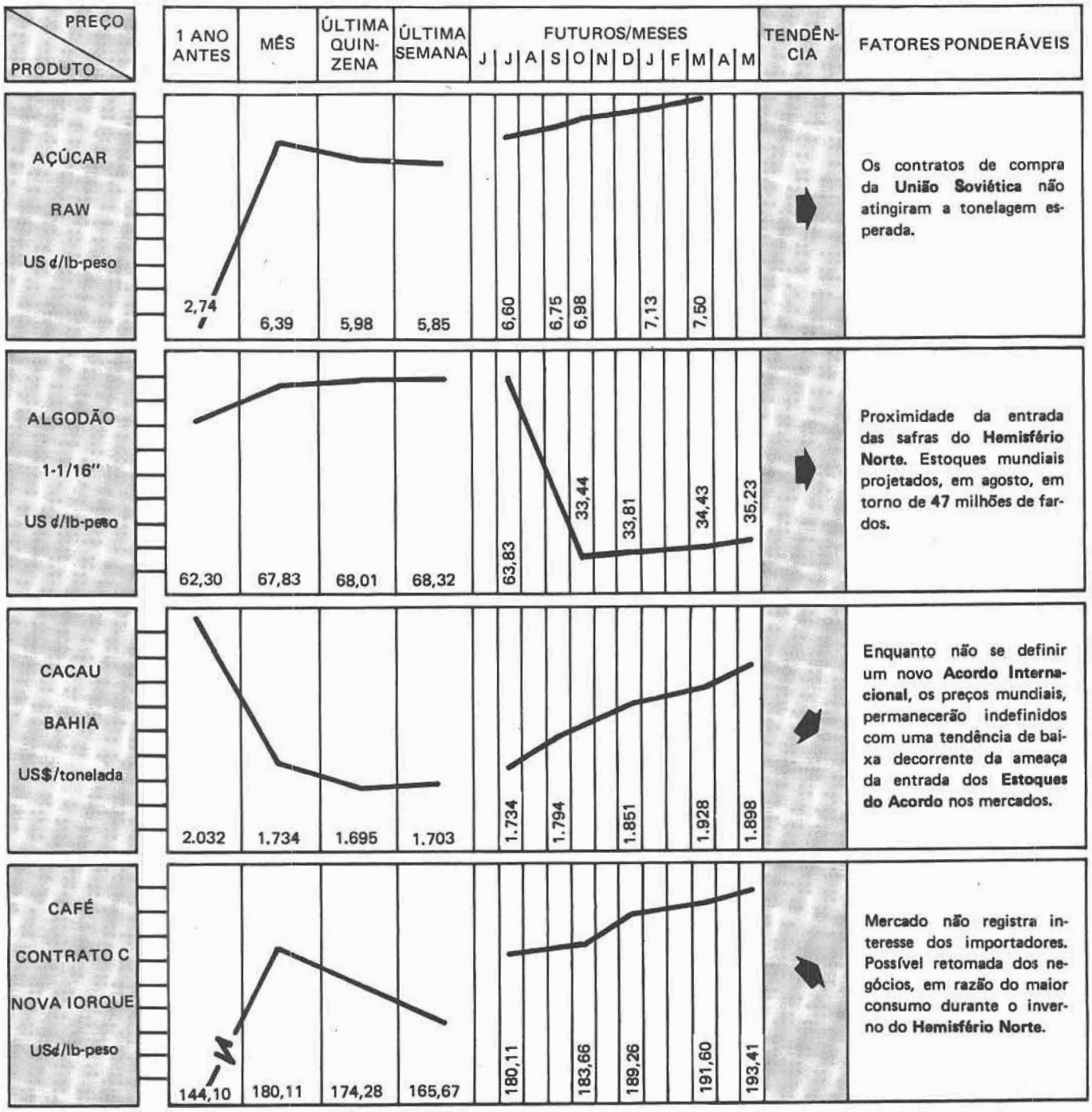
TRIGO

A **Portaria nº 39,** de 1º /07/86, da **Sunab,** fixa em 6.760 mil t a previsão para o consumo de trigo no ano de 1986, das quais 3,56 milhões de t correspondentes à produção nacional comercializável e 3,2 milhões de t a serem importadas **(Diário Oficial da União,** de 04/07/86).

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de junho)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de junho *
3 – Preço médio na última quinzena de junho *
4 – Preço médio na última semana de junho *
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro – primeira entrega



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	275,38	232,22	229,29	225,08		232,22		196,65			190,89			200,21		204,99		Condições meteorológicas favoráveis para a safra em andamento e perspectivas de consumo retraído nos EUA.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	576,51	528,12	526,03	520,30		528,12	519,53	506,51		502,80		511,68		521,02		526,74		Bom desenvolvimento da safra norte-americana.
SOJA FARELO US$/tonelada	121,84	148,93	148,51	147,13		148,93	146,95	144,93	143,11		145,12	146,25		148,68		151,87		Os estoques nos EUA se reduziram, em comparação com o ano passado, em conseqüência da redução no ritmo da moagem.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	323,62	250,32	250,00	254,33		250,32		249,93			256,83			255,81		245,58		Verifica-se um razoável incremento nas exportações dos EUA, dentro dos programas de financiamento dos importadores promovido pelo governo norte-americano.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Nova Iorque.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de junho de 1985, corrigido pelo IGP, para junho de 1986
2 – Preço médio no mês de junho
3 – Preço médio na última quinzena de junho
4 – Preço médio na última semana de junho
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$/15 kg 1º futuro	297,80	233,62	236,60	237,00	➡	A última previsão da CFP é de uma produção de 757,3 mil t de algodão em pluma. Com o mercado bem abastecido, os preços deverão continuar próximos do preço mínimo.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$/sc. 60 kg	342,63	276,67	284,00	290,00	➡	O preço mínimo oficial ainda é o melhor preço, em uma conjuntura de oferta elevada, difícil financiamento e abertura à importação.
CAFÉ Tipo 6 Cz$/sc. 60 kg	1.694,25	2.786,76	2.711,50	2.631,00	➘	Aumento do preço mínimo governamental e expectativa de maiores exportações.
BOI GORDO Cz$/arroba	162,67	260,00	260,00	260,00	➘	–Atraso na chegada das partidas de carne importadas. – Retenção do boi gordo e da carne estocada por parte de pecuaristas e frigoríficos exportadores.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contatō com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$/sc. 60 kg	433,95	375,00	375,00	375,00	↘	Boas cotações são oferecidas pelos feijões novos, diante da escassez de alguns tipos.
FRANGO Vivo Cz$/kg	7,31	9,82	9,90	10,00	↗	Abastecimento deficiente de carne bovina aquece mercados de carnes substitutas.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$/60 kg	84,90	83,05	83,10	83,20	→	Colheita aproxima-se do fim no Centro-Sul, com mercado muito bem abastecido.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$/60 kg	150,09	138,55	138,50	138,00	→	Vislumbra-se uma situação de estabilidade dos preços no mercado internacional, com repercussão no mercado brasileiro.

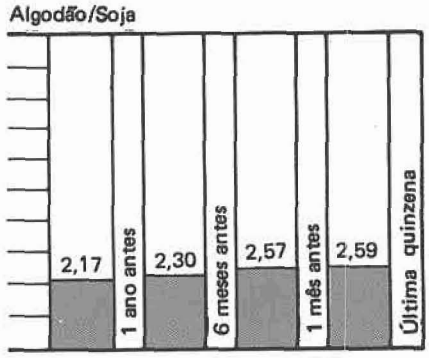
FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: DIRA-CATI e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

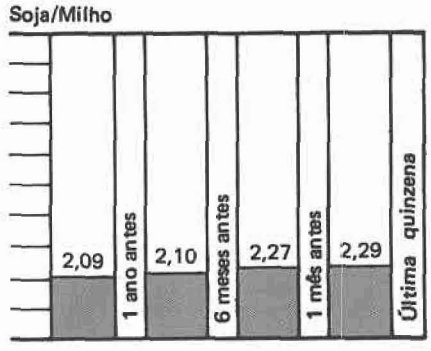
PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

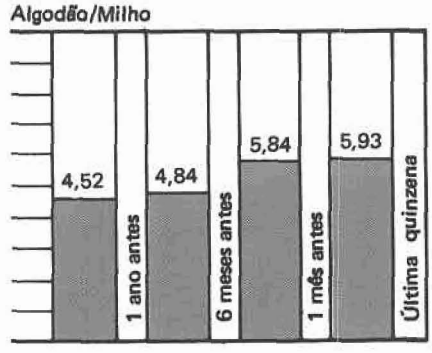
O mercado da soja vem-se ressentindo da influência das boas condições meteorológicas sobre a safra norte-americana, ao mesmo tempo em que continuam a aumentar os estoques de óleo, que estão previstos, ao final do ano-safra, em nível 74% maior do que o de um ano antes. Mesmo assim, o preço da leguminosa na quinzena foi levemente superior ao de seis meses antes, período em que a relação evoluiu de forma mais favorável ao algodão.



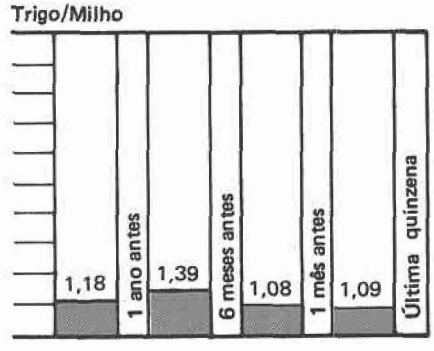
A relação mais recente reflete unicamente a variação de 1,3% no preço do milho. Mantém-se portanto, a tendência à desvalorização de suas cotações, que se iniciou há um ano, face à grande oferta interna do produto nos **EUA** e às boas condições de desenvolvimento da nova safra.



Os preços do algodão durante a quinzena, praticamente não se alteraram em comparação com a média do mês. No entanto, comparativamente ao seu posicionamento de seis meses antes, observa-se avanço de 13,7%, devido à entressafra, à perspectiva de a produção mundial igualar-se ao consumo, em 1986/87, e à influência sobre os preços da nova legislação agrícola norte-americana. No período, o preço do milho desvalorizou-se em 7,3%.



O atual quadro de abastecimento norte-americano de trigo aponta aumentos tanto na oferta quanto na demanda, o que tem levado as cotações a se manterem na defensiva, sem alterações na quinzena, comparativamente à média do mês. Como, no período, a variação observada no preço do milho foi marginal, o preço relativo trigo/milho da quinzena revelou-se semelhante ao da média do mês.

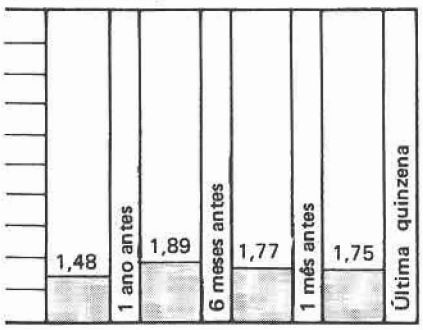


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

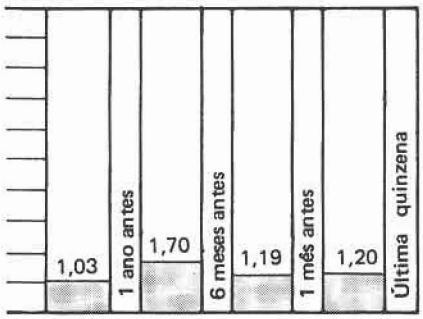
A pressão dos pecuaristas com vistas ao aumento da cotação do boi gordo surtiu efeito, com o preço da **arroba** atingindo Cz$ 260,00 na última quinzena, nível 21% superior ao do **acordo de cavalheiros** firmado com o governo federal em março, e igual ao da média do mês. Em conseqüência, aumentou a demanda pelo frango vivo, cujo preço iniciou escalada ascendente a partir do final do mês, com o preço da quinzena revelando-se 1% maior do que o da média do mês. A despeito dessas movimentações, ambos os produtos encontram-se cotados abaixo do valor real de seis meses antes, sendo que a defasagem atinge 17% no caso do boi gordo e 10% no da ave. O mais recente preço relativo boi gordo/frango vivo evidencia que, no período de um ano, a valorização da pecuária foi maior do que a das aves.

Boi Gordo/Frango Vivo



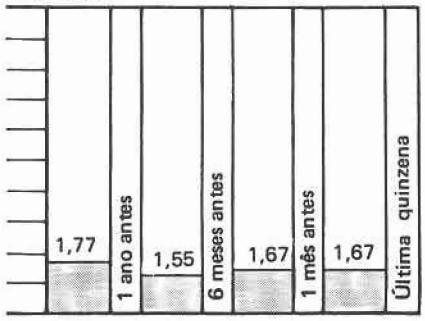
Com o aumento do preço do frango vivo, cresceu a lucratividade dos avicultores, já que está congelado o preço da ração para ave de corte. Há um ano, era menor esse indicador.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



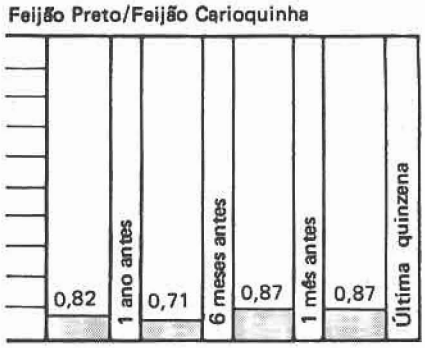
Tanto o mercado da soja, quanto o do milho, vêm passando por fase de calmaria, determinada por ser época de colheita de ambos. O preço relativo da última quinzena, portanto, não apresentou alteração frente àquele da média do mês; e se vem aproximando do nível registrado um ano antes.

Soja/Milho



Rigorosamente iguais aos preços médios do mês, as cotações do **feijão preto** e do **feijão carioquinha** da última quinzena também mostram, como ocorre junto à soja e ao milho, uma fase de tranqüilidade no mercado, embora haja fortes indicadores de que venham a ocorrer problemas no abastecimento, durante a entressafra, e já se esteja verificando alta acentuada dos preços de algumas variedades.

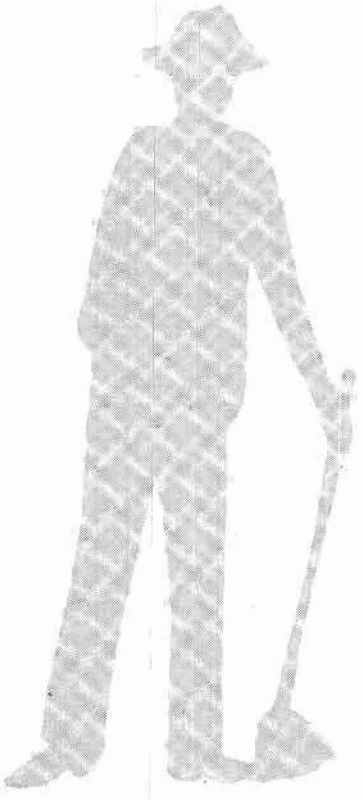
Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — **Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento.** Seus resultados, segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 21– LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1986, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE JUNHO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	...	...
Algodão	3.172.712	2.357.647
Algodão arbóreo (em caroço)	1.174.922	202.840
Algodão herbáceo (em caroço)	1.997.790	2.154.807
Alho	...	...
Amendoim (em casca)	158.560	214.902
Amendoim (1ª safra)	112.129	153.891
Amendoim (2ª safra)	46.431	61.011
Arroz (em casca)	5.577.877	10.427.844
Aveia (em grão)	137.576	125.147
Banana	...	...
Batata-inglesa	...	...
Batata-inglesa (1ª safra)	94.922	922.116
Batata-inglesa (2ª safra)	...	...
Cacau (em amêndoa)	641.965	421.929
Café (em coco)	2.259.046	2.007.200
Cana-de-açúcar	...	...
Cebola	61.885	605.623
Centeio (em grão)	5.875	5.943
Cevada (em grão)	108.538	130.760
Coco-da-baía	173.871	593.060[2]
Feijão (em grão)	...	...
Feijão (1ª safra)	2.868.884	1.102.577
Feijão (2ª safra)	...	...
Fumo (em folha)	280.813	348.710
Guaraná (semente)	9.679	1.473
Juta (fibra)	33.767	33.059
Laranja	726.343	62.039.805[2]
Malva (fibra)	35.695	34.297
Mamona	421.816	313.874
Mandioca	2.039.124	25.491.515
Milho (em grão)	12.385.181	20.425.582
Pimenta-do-reino	...	...
Rami	5.150	5.150
Sisal (fibra)	328.463	286.806
Soja (em grão)	9.167.699	13.313.259
Sorgo (em grão)	204.046	372.348
Tomate	...	...
Trigo	3.560.641	4.569.249
Uva	58.215	643.957

FONTE – IBGE.

[1] **Dados preliminares sujeitos a retificações.**

[2] **mil frutos.**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente-Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Correia Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: – .
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Associação de Bancos de São Paulo, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Porto, Salles/Interamericana de Publicidade S. A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mário Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mário Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

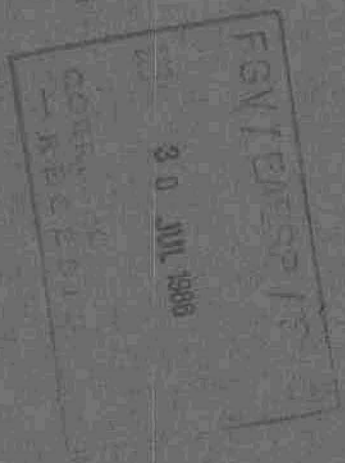
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Maria Alice de Gusmão Veloso
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Angelo Jorge de Souza (Respondendo)

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatísticas Econômicas: Marcos Ferreira de Souza
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib


FSVTD/TSC/12
30 JUL 1980